

ACTA N.º 04/07

Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – 16ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007;

Ponto dois – Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação da Taxa para o Ano de 2008;

Ponto três - Discussão e Aprovação de Alteração à Carta Educativa Concelhia;

Ponto quatro-TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande; Empresa Municipal. Extinção. Proposta à Assembleia Municipal;

Ponto cinco – Actividade Camarária / Informação Financeira

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão pelos pedidos de substituição dos deputados do PS, Catarina Castro e Rui Rodrigues, que foram substituídos respectivamente pelos deputados Pedro Constâncio e António André.

Referiu-se ao correio recebido destacando, uma moção aprovada na Assembleia Municipal de Faro sobre a descentralização de competências para as Câmaras Municipais, uma resposta a um requerimento dirigido à Câmara Municipal pelo deputado João Cruz, um convite dirigido à Assembleia Municipal para se associar ao programa Nacional do Ano Europeu para o diálogo inter cultural e uma recomendação da Câmara para que a Assembleia subscreva a posição que foi tomada por unanimidade a não permitir a transferência de uma farmácia da praia da Vieira para Vieira de Leiria.

Questionou os deputados se a Assembleia Municipal se deveria associar ao programa nacional do Ano Europeu para o diálogo inter cultural. Na qual houve concordância por parte de todos os deputados que a Assembleia Municipal se deveria associar.

Posto isto, informou que o correio estava à disposição dos deputados que o quisessem consultar.

Seguidamente informou que estavam à votação as actas nº 07/06, nº 08/06 e nº 09/06. Relativamente à acta nº 07/06 registou duas rectificações na página 1 onde dizia “ de qualquer forma o Presidente da Câmara” deveria dizer “ de qualquer forma como o Presidente da Assembleia” e na página 11 onde dizia “os consumos por mês” deveria dizer “os escalões de consumo por mês”.

Seguidamente, colocou à votação a acta nº 07/06 que foi aprovada por maioria com 3 abstenções por ausência, a acta nº 08/06 foi aprovada por unanimidade e a acta nº 09/06 foi aprovada por maioria com 2 abstenções por ausência.

Por fim, anunciou que se encontravam abertas as inscrições para o período de antes da ordem do dia.

O deputado da CDU, **Fernando Alves**, apresentou uma moção que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** informou que a moção estava à discussão.

O deputado do PS, Osvaldo Castro, tomou assento na Assembleia pelas vinte e uma horas e quarenta minutos.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, admitiu em nome do PS, que todos estavam empenhadíssimos em resolver o problema do SAP. Simplesmente acontece que cada força política tinha a sua forma própria de tentar resolver os problemas para encontrar soluções que sejam equilibradas, justas e defendam os interesses da população da Marinha Grande.

Disse que foi nesse sentido, que o PS através dos seus Vereadores apresentou uma proposta à Câmara Municipal que foi aprovada por unanimidade e enviada à ARS Centro para ser estudada, que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

Realçou que seria mais prático e útil para a solução do problema se a Assembleia Municipal se associasse à proposta do PS. Dado que era uma proposta viável e tinha condições para poder melhorar significativamente o serviço de SAP na Marinha Grande.

O **Presidente da Assembleia** na qualidade de membro da Comissão de Utentes esclareceu o deputado Telmo Ferraz e a bancada PS, que houve uma reunião em Maio no Museu do Vidro na qual se julgou oportuno fazer uma concentração em defesa do SAP, daí surgiu uma proposta que continha uma série de pontos, nomeadamente que se opunham ao seu encerramento. Acrescentou que essa proposta foi remetida para a ARS Centro, Sr. Ministro da Saúde, Sr. Presidente da Assembleia da Republica, Sr. Presidente do Conselho de Ministros e Sr. Ministro da Saúde. Neste sentido foram recebidos no Ministério da Saúde pela Secretária do Sr. Ministro que peremptoriamente disse que a abertura dos SAPs não fazia parte da política do Governo. Disse também que foram posteriormente recebidos pelo Presidente da ARS Centro, que propôs que o SAP se mantivesse aberto 24h sobre 24h. Posteriormente foram surpreendidos com uma carta recebida pela Câmara onde nada disto era contemplado e foi publicada uma nota na comunicação social a dizer que o SAP ia encerrar no dia 1 de Outubro. Dada esta situação a Comissão de Utentes entendeu convocar outra concentração, da qual resultou uma moção.

Salientou que a população estava disposta a fazer tudo o que o deputado Telmo Ferraz referiu, mas com o objectivo que o SAP se mantenha aberto. Realçou que era nessa base que a Comissão de Utentes entendia que a negociação deveria continuar porque ainda não tinha sido respondida minimamente.

O deputado do BE, **José Rodrigues**, disse concordar com o teor da moção, depois de ter feito uma leitura diagonal, mas a sua posição seria de abstenção, porque não funcionava só por si. Opinou que deveriam deixar de ser partidaristas e trabalharem todos para o mesmo fim, sem afunilar as situações.

O deputado da CDU, **Saul Fragata**, referiu que a Câmara Municipal não tinha condições para não se associar à proposta do PS, todavia era redutora, contraditória, atabalhoada e tinha coisas que só vinham acrescentar problemas.

Relativamente à intervenção do deputado José Rodrigues, na questão em que todos deviam estar convergentes, seguir no mesmo sentido e não serem partidaristas, chamou-lhe a atenção que a política era feita por membros de partidos que por sua vez formam Governos que tomam decisões. Opinou que o SAP da Marinha Grande já estaria

encerrado se o povo marinhense tivesse ficado na expectativa e se a resistência, a luta e o protesto não tivessem demovido o Governo.

Apelou ao PS para ter uma palavra para se retratar da carta enviada à população marinhense, onde fizeram menção que ninguém tinha dito que o SAP iria fechar, e tudo era apenas alarmismo social.

O deputado **José Rodrigues** em direito de resposta esclareceu o deputado Saul Fragata que na sua intervenção foi claro quando disse que concordava plenamente com o teor da moção depois de ter feito uma leitura diagonal. Salientou que o que estava em causa era a votação da moção não o seu conteúdo. No respeitante à referência que fez ao partidarismo seria para que todos seguissem no mesmo caminho fosse na Assembleia Municipal ou noutro sítio qualquer, e não estarem 3 horas a discutir um problema que podia ser resolvido em 5 minutos.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que os deputados eram livres de apresentarem as moções que entendessem.

O deputado **Telmo Ferraz** em direito de resposta disse que nada era mais real do que o empenhamento e agitação da CDU neste processo com a intervenção feita pelo deputado Saul Fragata. Argumentou que a forma como a CDU estava a conduzir este processo criava dificuldades na solução do mesmo. Nesta circunstância não iriam votar favoravelmente a moção da CDU.

O deputado **Fernando Alves** disse não compreender o deputado José Rodrigues ao dizer em simultâneo que estava de acordo com a moção e não se devia partidarizar o assunto. Dado que, a proposta sendo aprovada na Assembleia Municipal, não haveria partidarismo porque não seria de um só partido.

Alertou o deputado Telmo Ferraz que não era só a CDU que estava empenhada neste processo mas todo o povo marinhense, incluindo pessoas do PS.

O deputado da CDU, **Artur Marques**, enalteceu a conduta que o povo da Marinha Grande tem tido para levar os partidários do Governo a aliarem-se na luta para manter o SAP em funcionamento. Lembrou os deputados do PS que a política do Governo era o encerramento dos SAPs em todo o País, e não tinha como alternativa as propostas apresentadas pelo PS local.

Opinou que na Assembleia Municipal todos os deputados deveriam ser leais com as suas opiniões, para se poder concluir se a bancada do PS estava ou não contra o encerramento do SAP, porque essa era a questão da ordem do dia, não as alternativas pomposas da proposta.

O deputado da CDU, **José Luís**, disse que a moção da CDU correspondia efectivamente aos anseios da população porque retratava exactamente as necessidades para a Marinha Grande. Referiu que a luta do povo marinhense fez parcialmente recuar o Governo PS, que tinha anunciado que o SAP encerraria no dia 1 de Outubro, e posteriormente manifestou outra posição. Realçou que a CDU para além de querer o SAP aberto 24h, reclamava a manutenção e a dotação de mais médicos no Centro de Saúde. Acrescentou que esta moção apontava neste sentido assim como no melhoramento das extensões de saúde da Garcia, Vieira de Leiria e Moita, e a importância de dotar o Concelho de um

serviço de atendimento permanente com um conjunto de meios auxiliares de diagnóstico.

Fez um reparo à proposta do PS, dizendo que não tinha sentido e visava em última análise pôr travão ao desenvolvimento da luta desenvolvida no Concelho da Marinha Grande. Neste sentido não a podiam votar favoravelmente porque para além de acabar com o SAP 24h, vinha propor à Câmara o transporte de idosos e transferência de competências em matéria de manutenção dos Centros de Saúde. Salientou que para estas matérias serem aceites com as devidas transferências e meios, tinham que ser propostas pelo Governo em sede da Associação Nacional de Municípios.

Apelou ao PS para manifestar de forma clara a sua posição, se era a favor ou não do SAP aberto 24h.

O **Presidente da Assembleia** colocou a moção da CDU à votação, resultando a sua aprovação por maioria com 13 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções.

O deputado **Telmo Ferraz** interveio para dizer que a proposta do PS também era para ser votada.

O **Presidente da Assembleia** informou o deputado que uma proposta teria que se apresentar como moção para se colocar à discussão e votação e só assim poderia aceitá-la.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que a proposta que foi aprovada na Câmara Municipal por unanimidade foi transferida para a Assembleia Municipal como moção do PS.

O **Presidente da Assembleia** a título pessoal, disse que na qualidade de membro da Comissão de Utentes e solidário com os seus colegas não podia votar uma moção que admitia o encerramento do SAP.

Posto isto, anunciou que estava à discussão a moção do PS.

O Vice-Presidente e Vereador, **Alberto Cascalho**, informou que dado o Presidente da Câmara estar ausente, seria ele o representante do executivo.

Disse que em sequência da intervenção do deputado Telmo Ferraz, quando se referiu e acentuou que a proposta transformada em moção do PS, de algum modo vinculava a Câmara, e que teria sido aprovada por unanimidade, iria transmitir a sua interpretação do que se passou nessa reunião de Câmara, na qual foi apresentada a proposta do PS. Informou que quando se passou à votação dessa proposta, ficou convicto de que o Sr. Presidente pôs a questão da Câmara ir decidir se aceitava ou não a proposta para enviar superiormente. Referiu que no seu entender a proposta do PS que acabou de ser apresentada como moção, não traduzia uma posição da Câmara Municipal. Realçou que a Câmara aprovou por unanimidade aceitar a proposta subscrita pelos Vereadores do PS, para ser enviada à ARS Centro, mas no seu ponto de vista sem responsabilidade da Câmara Municipal.

Esclareceu os deputados que não tinha qualquer intenção de estar a gerar polémica sobre essa matéria mas era a interpretação que fez do que aconteceu nessa reunião de Câmara.

O deputado do **Telmo Ferraz** interveio para citar o que estava escrito na acta da reunião de Câmara: - “a Câmara delibera por unanimidade aceitar a proposta subscrita pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista”.

-O Sr. Presidente declarou o seguinte: “Votei favoravelmente o envio desta proposta à ARS”.

O **Vice-Presidente** disse que aquilo que o deputado acabara de ler traduzia exactamente o sentimento com que ficou no final da reunião de Câmara e não lhe parecia estar expresso que a Câmara aprovava o conteúdo dessa proposta.

O deputado do PS, **Aníbal Curto**, interveio na sequência da tomada de posição do Vice-Presidente para o informar que a Câmara não era aquilo que uma pessoa pensa ou lhe parece que aconteceu numa reunião, mas sim o que aconteceu na realidade. Questionou se a Câmara enviou a proposta à ARS Centro em nome dos Vereadores do PS ou um documento que ela própria subscreveu. Salientou que o que estava em causa era um documento apresentado em reunião de Câmara e que terá sido aprovado, e enviado para uma entidade em nome da Câmara.

Em suma, o que se passava numa reunião de Câmara Municipal é o que os documentos expressam.

O **Presidente da Assembleia** deu conta que apesar do regimento não o permitir estava a deixar fazer duas intervenções a cada deputado no período antes da ordem do dia, porque a moção do PS foi introduzida praticamente depois do ponto estar quase a terminar.

O deputado **Artur Marques** disse que isto traduzia uma clara habilidade do PS porque era evidente que ninguém podia estar contra à proposta, simplesmente era demagogia, era tudo treta. Referiu que a proposta do PS vai reforçar as preocupações dos munícipes, porque não evidencia a luta pelo não encerramento do SAP, e o que os deputados do PS defendem é o encerramento a nível nacional do serviço de urgências, demonstrando ser uma política reaccionária contra os direitos e interesses dos portugueses.

O deputado do PSD, **Pedro André**, referiu que a política do Governo não correspondia à proposta que foi votada. Salientou que o importante era saber se a aprovação desta moção significava aceitar o encerramento unilateral do SAP 24 horas, e qual a posição do PS caso o Governo não vá aceitar o que se propõe na moção. Neste sentido o PSD ia votar contra porque se a votasse favoravelmente significava aceitar o encerramento do SAP 24 horas.

O **Vice-Presidente** disse não aceitar a crítica que o deputado Aníbal Curto lhe fez, porque foi de uma indelicadeza extrema, numa tentativa de extrapolar para outro tipo de interpretações que não lhe pareciam sinceramente legítimas nem justas.

Citou o que lhe parecia mais importante no texto da deliberação: - “A Câmara delibera por unanimidade aceitar a proposta subscrita pelos Vereadores do Partido Socialista para ser enviada e ponderada pela ARS”. Reforçou que esta afirmação não dizia que a Câmara deliberava aprovar a proposta.

Acrescentou que o Sr. Presidente declarou o seguinte: - “votei favoravelmente o envio desta proposta à ARS Centro, porque acho que é uma contribuição positiva para a discussão do assunto”

Questionou o deputado Telmo Ferraz se achava que se ele entendesse que não era uma contribuição positiva teria votado favoravelmente a aceitação de enviar a proposta à ARS Centro.

Informou que subscrevia inteiramente a declaração de voto do Sr. Presidente da Câmara, mas a questão central estava no texto da deliberação. Solicitou ajuda para perceber se o que estava na deliberação era de facto a aprovação do conteúdo da proposta por parte da Câmara, porque no seu ponto de vista não era, pedindo desculpa caso estivesse errado.

O deputado do PS, **Osvaldo Castro**, referiu que o conteúdo da proposta dos Vereadores do PS apresentada em reunião de Câmara só podia ser objecto de aprovação ou rejeição, e o envio às entidades seria um elemento acessório. Realçou que o que estava aprovado era o conteúdo daquela proposta, e caso os deputados não estivessem de acordo podiam e deviam na próxima sessão declararem nulo o acto realizado e registado na acta de reunião de Câmara. Informou que enquanto não o fizessem a proposta estaria vinculada à Câmara Municipal.

O **Presidente da Assembleia** referiu que a sua interpretação ia exactamente em sentido contrário à do deputado Osvaldo Castro, porque o que foi aprovado foi o envio da proposta à ARS Centro como contributo para a discussão.

O deputado **José Rodrigues** salientou que no documento dizia que a Câmara deliberou por unanimidade aceitar a proposta. Neste sentido, significava que aceitou um papel para que fosse enviado a outra Entidade.

O deputado **Saul Fragata** evidenciou que dado a Assembleia Municipal estar bastante preenchida era bom que houvesse algum cuidado, para não dar uma imagem errada da forma como decorre habitualmente uma sessão.

Posto isto, salientou que a Câmara Municipal tinha um papel institucional e a Assembleia Municipal um papel político que deliberava coisas mais substanciais. Lembrou que na primeira intervenção disse que compreendia e aceitava a forma como a Câmara votou face a um contributo que representava uma mudança pelo menos de 90º do Partido Socialista, face às posições anteriores.

Informou que apesar do documento apresentar algo positivo como: reforço médico e melhoria de serviços. Afirmou que ia votar contra a proposta do PS porque ela previa o encerramento do SAP e anulava a moção da CDU.

Realçou a existência de uma Comissão de Utentes que tem posições e estava a funcionar e deste modo nem a Câmara nem Assembleia Municipal se podia substituir ao povo. Neste sentido, decidiram acolher com esta moção da CDU o que era substancial da Comissão de Utentes, o que representa e tem tido o apoio da população.

Sugeriu que a proposta do PS fosse colocada à votação.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que a proposta foi apresentada na Câmara Municipal pelo Vereador João Paulo Pedrosa e que o mesmo já tinha solicitado para intervir.

Apelou ao Presidente da Assembleia que lhe concedesse o uso da palavra, fazendo referência ao conteúdo do nº 3 do artigo 20º ou do nº 4 do artigo 24º do Regimento.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que o nº 3 do artigo 20º do Regimento, diz que os Vereadores devem assistir às sessões da Assembleia, sendo-lhe facultado intervir nos debates, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.

Neste sentido, seria facultado o uso da palavra ao Sr. Vereador, se o plenário por maioria o entendesse, caso contrário só falaria com a autorização do Vice-Presidente.

O **Vice-Presidente** informou que a CDU nunca negou a participação em quaisquer circunstâncias de elementos de outro partido. Nesta perspectiva, não seria agora que o Sr. Vereador João Paulo Pedrosa teria a mínima dificuldade em usar da palavra. Opinou que em substituição do Sr. Presidente da Câmara teria que cumprir com as mesmas formalidades.

Neste sentido, deu permissão para que o Sr. Vereador pudesse intervir.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que a sua intervenção foi no sentido do deputado Telmo Ferraz ter acusado o Vice-Presidente de não dar autorização ao Sr. Vereador para usar da palavra, e foi por essa razão que referiu que só se o plenário o solicitasse.

O **Vice-Presidente** interveio para pedir desculpa pelo facto de ter julgado que a intervenção do Sr. Vereador seria no sentido de o querer interromper e por esse motivo pediu para o não fazer.

O **Presidente da Assembleia** louvou a atitude da Câmara, dizendo que não queria deixar de ressaltar que há 6 anos que preside a Assembleia e era a segunda vez que um Presidente da Câmara ou o seu substituto dava a palavra a um Vereador da oposição.

O Vereador do PS, **João Paulo Pedrosa**, referiu que não tinha sido necessário terem evocado o regimento porque era possível usar da palavra numa interpelação ou defesa da honra.

Realçou que mantém a posição que transmitiu ao Presidente Câmara e que o mesmo reiterou na reunião em que foi aprovada a proposta. Informou que era uma prerrogativa de cada Vereador apresentar propostas, e a Câmara teria que as aceitar, agendar e pôr à discussão e só depois eram aprovadas ou rejeitadas em Assembleia Municipal. Neste sentido a questão de “delibera aceitar”, não existia.

Esclareceu que a ARS Centro fez uma proposta de negociação à Câmara e foi nessa base que o PS fez uma contraproposta que posteriormente foi analisada, discutida e votada. Realçou que contrariamente ao que o deputado José Luís disse, a proposta do PS garante e assegura o atendimento durante as 24h a cada utente do Centro de Saúde da Marinha Grande.

Em suma, todo o utente do Centro de Saúde da Marinha Grande tem assegurado o atendimento durante as 24 horas de acordo com a proposta, e não iram alterar a posição relativamente a esta matéria.

O deputado **José Luís** afirmou que a proposta do PS não prevê o SAP aberto 24h, mas sim um serviço ambulatório, com uma ambulância à porta do Centro de Saúde em que depois o médico de serviço decide quem tem que ir para o Hospital Stº André em Leiria. Reforçou que isto vai contrariamente àquilo que a CDU defende que será o serviço 24 horas dignificado.

Referiu que a posição oficial do PS não era esta que o Sr. Vereador disse. Neste sentido, questionou se estavam recordados das notícias publicadas no jornal da Marinha Grande pelo Presidente da Comissão política do PS e da carta dirigida à população da Marinha Grande a dizer que o PCP andava a montar uma cabala. Disse que era lamentável que tenham vindo agora recuar e desmistificar o problema, mas de qualquer forma a luta da população vai se manter com o apoio do PCP e das forças progressistas.

A deputada do PS, **Isabel Ferreira**, em resposta ao deputado José Luís disse que mesmo contrariamente às propostas do Governo nos Centros de Saúde, o PS local estava a desenvolver todos esforços para manter o SAP aberto 24h, até por uma questão eleitoral. Relativamente aos médicos mandarem doentes para o Hospital Stº André em Leiria era uma prática comum porque existiam situações difíceis de resolver.

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta dos Vereadores do PS à votação, resultando a sua rejeição com 13 votos contra, 10 a favor e 1 abstenção.

Seguidamente proferiu uma declaração de voto, para dizer que votou contra a moção porque não propõe que o serviço permanente esteja aberto 24h.

Posto isto, passou-se à discussão do 1º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO UM–16ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2007

O **Vice-Presidente** informou a Assembleia Municipal que solicitou à Directora Financeira da Câmara a sua presença para alguns eventuais esclarecimentos necessários. Referiu que nem sempre a evolução das acções previstas quer se trate de obras, actividades de natureza cultural ou desportiva, correspondiam à previsão feita no início do ano. Portanto no essencial a proposta de revisão resultava dos acertos necessários.

Disse que em termos de metodologia o executivo baseou a maior parte das alterações dos documentos previsionais no balanço que era feito por cada uma das divisões e serviços da Câmara. Neste sentido, havia pequenas mexidas que decorreram da apreciação que os responsáveis da divisão fizeram quer relativamente a acções já concluídas ou em curso, mas cuja cabimentação já estivesse concretizada. Portanto a conclusão dessa acção não dependia da movimentação de quaisquer outras verbas mas no essencial e na maior parte dos casos era dessas alterações que se tratava.

Evidenciou algumas situações novas que determinaram algumas alterações, nomeadamente: A necessidade de reforçar a iluminação nos campos de ténis que justificava os 24 mil euros. No âmbito da obra que estava a decorrer na EB1 das Trutas e para garantir o equipamento da cantina havia um reforço de 3 mil 500 euros. Realçou o reforço de 183 mil 300 euros que se destinava à eventual necessidade de adquirir as tendas que neste momento estavam a garantir o mercado tradicional. Relativamente a esta verba elevada, disse que a situação requereu uma intervenção de emergência dadas as circunstâncias em que ocorreu a necessidade de mudar o mercado tradicional para outro espaço, procurando rapidamente garantir não só a sua resolução como prever uma solução para um período mais longo. Salientou que tinha indicação que caso se venha a concretizar a aquisição das tendas, porventura seria significativamente abaixo desse valor.

Por fim, referiu a introdução de 40 mil euros para iluminação de Natal, tal como 7 mil 500 euros como apoio às obras que decorrem na igreja da Passagem.

O deputado do PS, **João Cruz**, informou que tinha um requerimento para entregar à mesa a solicitar quais foram os procedimentos necessários para a aquisição das tendas e das obras que foram lançadas. Alertou para a necessidade da Assembleia Municipal ter

acesso ao Auto lavrado pela ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar Económica), relativamente às questões do mercado da Resinagem, para terem conhecimento se estavam perante uma situação de emergência ou não. Questionou se as obras executadas que estavam na 16ª Modificação se podiam ou não ser realizadas no local onde estavam a decorrer e se a Câmara Municipal teve em conta o plano de pormenor dos terrenos da zona desportiva da Marinha Grande quando instalou aí um equipamento ainda que de forma provisória que não era desportivo.

Seguidamente, questionou se estavam a aprovar a 16ª Modificação para as obras serem realizadas ou se estavam apenas a pedir cobertura para as obras já realizadas.

Por fim, apresentou o requerimento que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que o objecto principal da revisão deste orçamento era a obra que estava a decorrer de forma urgente para colocar o mercado a funcionar sem quaisquer condições, quando atempadamente a Câmara Municipal foi informada pelo Delegado de Saúde da Marinha Grande que o mercado da resinagem não tinha condições suficientes para funcionar. Informou que pela primeira vez o PS ia votar contra a uma revisão de orçamento, porque consignava verbas vultuosas. Disse que na sua opinião se aprovassem esta revisão estariam a cometer uma ilegalidade.

Realçou que a vistoria da ASAE ao mercado da resinagem tinha sido de responsabilidade única e exclusiva da Câmara Municipal.

Recordou que no relatório da vistoria ocorrida a 9 de Agosto de 2006 o Sub Delegado de Saúde da Marinha Grande conclui que face às anomalias detectadas aquele mercado não apresentava as devidas condições higiénico-sanitárias. Realçou que desde aí não encontraram uma solução justa que defendesse todos os vendedores e toda a população.

Manifestou desagrado pelo facto deste executivo estar a fazer uma despesa vultuosa de um momento para o outro, quando diz ter uma gestão economicista, equilibrada, e apesar disso existirem instalações que podiam ser utilizadas provisoriamente para o mercado. Realçou que este acto foi pensado de uma forma sem sentido, sem conhecimento da realidade da gestão da Câmara Municipal e para além disso havia a possibilidade de vir novamente a ASAE e dizer que as tendas não tinham condições para funcionar. Nestas circunstâncias o PS ia votar contra à 16ª modificação do orçamento.

O **Presidente da Assembleia** fez um reparo dizendo que o Delegado de Saúde que fez a vistoria ao Mercado Municipal da Resinagem foi o mesmo que fez ao Mercado do Atrium.

O deputado **José Luís** acusou o PS de estar a fazer do Mercado Municipal a sua principal arma política contra a Câmara e a população marinhense, depois de terem deixado de herança o edifício do Atrium e se terem envolvido num negócio ruinoso de contornos pouco transparentes que deveria ser investigado. Disse que era lamentável que passados 2 anos o PS venha exigir a abertura do mercado do Atrium, quando ocultaram a falta de licença para esses fins, e posteriormente surgiu o parecer desfavorável do Delegado de Saúde e do Veterinário. Neste sentido o actual executivo numa postura de procurar rentabilizar o edifício, solicitou um relatório de avaliação e da existência ou não de condições para o mercado funcionar. Do qual foram detectadas várias anomalias como: deficiência no acesso a cargas e descargas dos fornecedores e utentes, existência de um só elevador e de uma só escada rolante, falta de escada de emergência do 1º andar, impossibilidade de efectuar saídas de viaturas de abastecimento

em simultâneo. Questionou quem era o responsável por tanta incompetência e por aquele crime contra o erário público.

Lembrou que o PS só se manifestou com mais insistência pela falta de condições do mercado da Resinagem após ter sido aprovada em Assembleia Municipal uma recomendação à Câmara para vender o mercado do Atrium e recuperar o da Resinagem. Referiu que apesar da situação do mercado já ter alguns anos nunca foi accionado o artigo 5º do Decreto-Lei que previa a interrupção do mercado. Salientou que só agora decidiram fazer queixa, denunciar, informar, pressionar ao ponto de obrigar a ASAE a mando do Governo encerrar o mercado.

Elogiou a Câmara Municipal por ter conseguido em 48h uma alternativa para um mercado provisório.

O deputado **José Rodrigues** fez um reparo à certidão da Câmara que ainda se referia a milhares de contos para comprar as tendas. Apelou para que houvesse algum cuidado, se estudasse e pensasse que as correcções têm que ser perfeitas.

Comentou a afirmação do PS quando disse que não se deviam ter gasto os 183 mil 300 euros para a compra das tendas, mas sim transferir o mercado para as instalações do Atrium em vez de se estar a delapidar o património financeiro municipal.

Opinou que a grande guerra que estava a existir era um capricho eleitoral, não havia mercado novo nem velho, apenas aquelas tendas que parece a Turquia, só esperava que não fossem definitivas nos próximos 10 anos.

O deputado do PSD, **Pedro Silva**, disse que a Marinha Grande tinha três mercados municipais, e o pior era o que estava aberto. Referiu que a ASAE estava a encerrar estabelecimentos com base em opiniões sem que mandassem fazer análises de concentração do ar, dos alimentos, dos agentes microbiológicos, poeiras, etc.

Disse que era importante que a parte jurídica da Câmara Municipal questionasse a ASAE sobre a legitimidade científica das coisas, porque não se podia estar a alarmar as pessoas com doenças, perigos e pragas sem fundamentos.

Questionou se a compra das tendas já tinha sido efectuada ou se estava apenas perspectivada e porque é que numa situação de emergência como esta não foi posta a hipótese do mercado provisoriamente ser deslocalizado para o Pavilhão da FAI, uma vez que era um espaço que tinha custos de manutenção e as utilizações podiam ser suspensas ou alteradas. Neste sentido, porque não se esgotaram as possibilidades com base no património existente antes de se avançar para a eventual compra daquela estrutura.

O deputado **Fernando Alves** acrescentou em seguimento às anomalias registadas pelo deputado José Luís que os resíduos sólidos deveriam ser separados por tipologias diversas, como horticaturas, resíduos de pescado e de carne. As escadas de contorno ao piso 0 eram muito inclinadas com patamares intermédios reduzidos e despromovidas de degraus de espera, contrariando o disposto em legislação aplicável. Na área da movimentação de carga não possuíam compartimentação, não existia água quente sanitária, bebedouros para utentes e funcionários, central de pressurização de água para combate a incêndios. Neste sentido, o PS não tinha legitimidade para falar em mercados porque fez um desfalque aos bolsos da autarquia e dos marinhenses com a construção do mercado Atrium. Salientou que os responsáveis do PS deveriam preocupar-se em pedir publicamente desculpas ao povo da Marinha Grande por aquela barbaridade feita com dinheiro gasto à toa, sem noção de responsabilidade. Questionou quem foram os

engenheiros da Câmara, os autarcas responsáveis e quem não fiscalizou para deixarem as coisas acontecerem. Manifestou-se descontente com a instalação do mercado da Marinha Grande nas tendas, embora que sendo provisoriamente não estivesse mal, porque o povo e os vendedores estavam a gostar. Acrescentou que para além de todas as deficiências encontradas no mercado novo ainda havia o problema da providência cautelar que os moradores daquela zona iam aplicar assim que o mercado comece a funcionar.

O deputado do PSD, **Frederico Barosa**, propôs que a Câmara Municipal aplicasse o relatório de todos os defeitos que foram apontados no mercado novo, às tendas e ao mercado da resinagem, porque rapidamente chegaria à conclusão que nenhum deles tinha condições. Referiu que segundo o relatório, o mercado das tendas era para fechar imediatamente.

O deputado **Artur Marques** frisou que o problema do mercado era complicado, porque o PS não o conseguiu resolver durante 12 anos, estando agora alguns deputados do PS muito preocupados com os 183 mil euros que se iam gastar numas tendas para tentar resolver um problema de imediato e que posteriormente poderiam vir a ter outra utilidade no caso de serem adquiridas. Argumentou que o PS gastou no projecto para o edifício da resinagem 250 mil euros do erário público que jamais irá ter alguma finalidade, dado que a Câmara Municipal não tinha condições para o executar, assim como o projecto do Teatro Stephens, isto sim seria gastar dinheiro aos munícipes. Recordou que sempre foram contra a construção do mercado naquele local, portanto não era um problema que a CDU ou o PSD tivesse que resolver agora de um momento para o outro. Acrescentou que além disso o novo mercado não estava licenciado a não ser que o PS o conseguisse de imediato.

Apelou para que se continuasse vigilante em relação às negociatas

O deputado **João Cruz** questionou a credibilidade do estudo do mercado Atrium, com obras de adaptação no valor de 2 milhões e 300 mil euros quando o valor real do mercado era cerca de 2 milhões de euros, assim como ter que haver duas casas de banho por vendedor, uma para homens e outra para mulheres. A questão que se colocava era se o edifício tinha capacidade só para as casas de banho. Realçou que era pura demagogia estarem a comparar o edifício do novo mercado com as condições nas tendas ou no antigo mercado, porque qualquer pessoa de bom senso era da opinião que o edifício do novo mercado tinha mais condições que aquelas tendas.

O **Presidente da Assembleia** interrompeu para manifestar desagrado pelo alarido que o publico presente estava a fazer perturbando os trabalhos.

O deputado **João Cruz** acrescentou que a Câmara teve receio de colocar os vendedores no mercado do Atrium e de o abrir à população marinhense porque deste modo podiam verificar que todas as críticas feitas ao PS não tinham fundamento. Disse que efectivamente havia muitas coisas em falta e outras mal feitas. Referiu a falta de montacargas, entradas, as escadas e as bancas não tinham a largura suficiente, portanto com os 183 mil euros que iam gastar nas tendas podiam ter resolvido estes problemas. Questionou a Câmara se nas obras que iam fazer no mercado velho iam colocar tudo o que o deputado Fernando Alves referiu, assim como todas as condições que estavam no relatório. Salientou que todas as críticas eram lícitas se na realidade não existisse o

edifício do novo mercado. Referiu que a culpa do mercado velho não ter condições era única e exclusivamente da CDU que o quis lá manter, mas para que isso tivesse acontecido deveria ter feito os investimentos correspondentes. Elogiou o executivo por ter conseguido em 48 horas fazer o que fez, mas não conseguia perceber como é que uma Câmara que diz ter falta de verbas, em que corta os subsídios aos bombeiros, de repente aparece com uma obra feita de um momento para o outro. Disse que aprovavam por unanimidade a proposta do PSD, para que fosse enviada para o IGAT para investigação, dado haver uma constante suspeita.

O deputado **Artur Marques** questionou o deputado João Cruz em que ano foi concluído o edifício onde o PS tencionava pôr o novo mercado e quantos anos mais o PS foi executivo, e porque razão não o abriram e agora estavam a exigí-lo a este executivo.

O **Presidente da Assembleia** disse que era surpreendente que os relatórios quando não favorecem o PS estejam sempre mal elaborados. Informou que o pedido de inquérito foi negado pelo IGAT, porque o Município não integrava o plano de inspecções para o ano em curso.

O deputado **João Cruz** esclareceu o deputado Artur Marques que o edifício do mercado do Atrium ficou pronto em 2003 e o PS ainda foi executivo mais 2 anos e só não o abriu por causa de alguma inabilidade política. Enquanto que da parte da CDU houve alguma habilidade política que levou a mobilizar as pessoas, em vez de defenderem os seus interesses fazendo as obras que fossem necessárias no mercado para o colocar em bom funcionamento, preferiram estar desde 2003 num mercado sem quaisquer condições.

O deputado **Saul Fragata** solicitou ao público presente para não se manifestar nem apoiar as intervenções porque isso era ilegal e podia levar à suspensão dos trabalhos. Referiu que a ASAE fez um acto administrativo que fazia parte das suas funções, o que não fazia era a incursão política de dizerem e repetirem “têm ali um mercado novo em folha porque é que não vão para lá, têm ali a solução”. Realçou que quando o PS dizia, para se ir para lá sem resolver primeiro os problemas do impedimento, estava a preconizar uma ilegalidade. Na sua opinião era tão grave ir para o mercado do Atrium numa situação de ilegalidade, reprovado pelo Delegado de Saúde, Veterinário e Comissão de Vistoria como seria ilegal se a Câmara ignorasse a decisão da ASAE de encerrar o mercado da resinagem e fosse para lá na mesma.

Em resposta à intervenção do deputado João Cruz disse-lhe que não eram os 2 milhões e 300 mil euros que tirava a credibilidade ao estudo, mas sim irem gastar dinheiro no mercado e mesmo assim ainda não conseguirem resolver os problemas congénitos, como o abastecimento na cave, as entradas e saídas dos carros em simultâneo, assim como as manobras no estacionamento.

Enumerou os cinco erros capitais do PS em todo este processo:

- Quando o processo foi anunciado nem uma voz fora do PS defendeu o tal projecto, a CDU e o PSD estiveram sempre contra bem como a população da zona envolvente que protestou na Assembleia Municipal, e através de uma abaixo-assinado contra o mercado naquele local.
- Era então referida com grande insistência ser aquela zona de intenso tráfego rodoviário e não permitir estacionamentos próximos nem acessos fáceis.

- Tal é hoje uma evidência sendo o problema do abastecimento através da cave insanável, mesmo que as obras no valor de mais de 400 mil contos fossem realizadas.

- Para chegar a este nado morto a Câmara Municipal entrou num processo de permuta de contornos inimagináveis no qual não houve nem transparência, nem rigor, nem ética, nem justiça, porque foi dado o Poder absoluto ao construtor para definir e atribuir um valor ao equipamento entregue à Câmara.

- Neste nebuloso processo alguém deveria estar hoje porventura na prisão por delapidação do património publico municipal, em que alguém embolsou mais de meio milhão de contos a mais, do que o pagamento estabelecido pela empresa à Câmara como contrapartida do que recebeu. Portanto a empresa recebeu 1 milhão e 9 mil contos e entregou à Câmara um bem no valor de 433 mil contos.

Em suma, era sobre toda esta situação que o PS devia esclarecer o povo da Marinha Grande porque mesmo que tivessem feito um bom mercado, teriam ido na mesma ao bolso dos munícipes do concelho.

O deputado **Telmo Ferraz** manifestou concordância com o deputado Saul Fragata em relação ao público presente.

Disse que o PS ia votar contra a revisão do orçamento porque o problema urgente do mercado já podia ter sido resolvido há muitos anos. Sugeriu que para bem da democracia e da defesa dos interesses de toda a comunidade a Câmara Municipal deveria tomar a iniciativa de abrir o mercado para que a população pudesse ver as suas condições, porque a generalidade que emite opiniões sobre o mercado novo nunca o viu.

O **Presidente da Assembleia** interveio dizendo que os deputados eram livres de expressar as suas opiniões e será desse confronto que se irá encontrar uma solução.

Nesse sentido, voltou a solicitar encarecidamente que o publico presente não interrompesse os deputados.

O deputado **Pedro André** salientou que o problema de não haver mercado ou existir um sem condições, era da responsabilidade do Partido Socialista, porque tiveram uma maioria absoluta no seu mandato, puderam resolvê-lo como bem entendessem e limitaram-se a deixa-lo como herança e hoje voltava à discussão central. Realçou que o PSD tinha uma postura de responsabilidade das coisas, relativamente à questão de terem alertado várias vezes na Assembleia Municipal para a inércia que estava a acontecer e que o problema tinha que ser resolvido rapidamente, e nada disso aconteceu. Questionou se existia algum projecto de alterações ao mercado velho ou se iam aceitar uma situação provisória que se enquadrasse na sua recuperação ou numa outra solução. Neste sentido, as tendas iam servir o mercado por 6 meses, 1 ano ou 10 anos.

Questionou se havia hipótese de retirar este ponto ou suspendê-lo, porque havia outras medidas que estavam na revisão orçamental pelas quais concordavam e o facto de inviabilizar o ponto faziam-no também para todas as outras alterações orçamentais. Sugeriu a possibilidade de corrigir uma ou outra situação.

O deputado **Oswaldo Castro** disse que na sua opinião, por uma questão de pedagogia cívica o Sr. Presidente da Assembleia devia fazer sentir ao público presente que a Assembleia Municipal era um órgão eleito, representante do povo da Marinha Grande, e não podiam continuar a ter os comportamentos que estavam a ter porque isso dava lugar a sanções que estão previstas na lei.

O público continuava a manifestar-se fazendo alarido.

Salientou que por vezes era necessário agir com alguma firmeza.

Afirmou que o mercado novo era uma questão do actual executivo e o erro que o PS cometeu foi não o ter inaugurado na véspera das eleições.

Demonstrou estar bastante preocupado pelo facto de se ter abandonado a ideia do mercado novo funcionar, e o executivo dizer que iam fazer obras no mercado velho, e nada disso foi feito, tudo se manteve na mesma ao ponto da ASAE intervir. Neste sentido vinham agora convencer que foi o PS quem mandou a ASAE fechar o mercado, esquecendo que a Câmara é que se pôs a jeito e agora resolveu o problema mandando o mercado para uma localização excelente (a feira dos porcos), quando tinham o pavilhão da FAI que não estava a ser utilizado. Realçou que provavelmente o que iria acontecer seria o mercado provisório passar a definitivo.

Alertou para o mau tempo e a chuva que vai chegar e se aquelas tendas derem mau resultado, os que hoje os aplaudem amanhã voltam-se contra vocês. Seria uma boa altura para que o município fizesse um referendo sobre essa matéria.

O deputado **José Luís** afirmou que a ASAE vinha politicamente instruída quando disse “têm lá um mercado novo porque é que não vão para lá”. Referiu que seria de bom-tom que esta entidade quisesse cooperar com a Câmara Municipal procurando dialogar com os Vereadores para perceber porque razão a situação se mantinha. Lembrou o deputado Pedro André que de acordo com a sua argumentação, foi na Assembleia Municipal de 27 de Abril de 2007 recomendado à Câmara Municipal o abandono das instalações do mercado do Atrium e a recuperação do mercado da Resinagem. Informou que a Câmara já tinha projectado obras para o mercado velho e só não as fez porque a ASAE não o permitiu. Salientou que uma coisa era o mercado novo ter que respeitar todas as regras de legislação em vigor, outra era poder fazer obras de intervenção pontuais que permitissem o seu funcionamento.

O deputado **Artur Marques** informou que se a ASAE for rigorosa encerrará mais de 80% dos mercados nacionais. Questionou se esta seria a intenção do PS estar a dificultar a vida aos pequenos comerciantes.

O deputado **Oswaldo Castro** interveio para dizer que o Governo não podia dar ordens à ASAE porque ela própria tinha autonomia técnica e tática.

O deputado **Artur Marques** apelou para o bom-senso de todos e para o executivo se empenhar em resolver este problema do mercado fosse onde fosse, porque as tendas provavelmente não iriam resistir durante muito tempo.

O **Vice-Presidente** disse sentir alguma dificuldade em responder às questões dos deputados porque algumas delas eram contraditórias, e a Câmara tinha extrema necessidade de ter a revisão ao orçamento aprovada. Informou que a Câmara Municipal respeitava na íntegra a decisão da ASAE relativamente à argumentação para o edifício da resinagem na sua função não ter condições para acolher o mercado tradicional.

Esclareceu o deputado Pedro Silva que na realidade a Marinha Grande não tinha nenhum mercado. Referiu que este executivo herdou do PS o designado mercado novo, que apesar de ter equipamento próprio para funcionar como mercado, não o era, só se o Sr. Delegado de Saúde voltasse ao local e desse um parecer favorável, dizendo que se enganou. Referiu que a Câmara foi acusada de ter gasto uma grande verba para fazer um estudo especializado, mas só o encomendou porque a Assembleia Municipal o solicitou.

Disse que reconheciam que o edifício da resinagem não possuía as condições necessárias para funcionar e por essa razão não contestaram a decisão da ASAE. Salientou que não seria justo estarem a acusar o actual executivo de ter deixado criar esta situação porque isso não era verdade. Informou que já ouviram imensas opiniões, por exemplo de vendedores que pediram para o mercado continuar nas tendas. Deu conhecimento que a ASAE esteve presente desde o primeiro dia em que as tendas foram instaladas e começaram a ser utilizadas, permitindo que naquele espaço era possível vender os produtos em condições higiénico-sanitárias, caso contrário mandava-o encerrar. Disse reconhecer que as tendas não eram solução, nem o executivo queria que fosse. Informou que já há algum tempo o edifício da resinagem tinha sido objecto de limpeza e pintura no interior, havendo a previsão para iniciar as obras. Entretanto a ASAE encerrou o mercado deixando o executivo condicionado, tendo que se ultrapassar alguns procedimentos e agir numa situação de extrema urgência, porque estava em causa o abastecimento da população que era da competência da Câmara Municipal. Informou que também já havia uma previsão parcial aprovada em reunião de Câmara, para a pavimentação do terreno no local onde iam ser instaladas as tendas.

Reconhecendo que poderia não ter sido a melhor solução, mas a utilização do Pavilhão da FAI também não lhe parecia viável.

Elogiou o desempenho do Presidente da Câmara e do Vereador Artur Oliveira pela lição de capacidade para executar e resolver os problemas urgentes que se colocaram.

Informou que o executivo estava a procurar uma solução que reunisse as condições com concordância da ASAE para a venda do peixe.

Em relação ao requerimento que o deputado João Cruz dirigiu ao Presidente da Assembleia, informou-o que não tinha sido necessário porque ele próprio lhe tinha cedido toda a documentação solicitada.

Esclareceu o deputado José Rodrigues que não houve aquisição nem nenhum compromisso por parte da Câmara Municipal em relação às tendas, apenas foram alugadas por um mês. Referiu que a resolução dos problemas existentes no edifício da resinagem não se podiam fazer a curto ou médio prazo, mas já estavam a trabalhar em colaboração com o gabinete de arquitectura.

Afirmou que apesar de algumas limitações estavam convictos que o lugar certo para o mercado tradicional era no edifício da resinagem, avaliando o seu funcionamento com um conjunto de valências que pretendiam ali introduzir, podendo ser um elemento fundamental para ajudar à revitalização do centro histórico. Realçou que não era com esse projecto que iam resolver o centro histórico, mas sem ele seria muito mais difícil. Salientou que o executivo não podia garantir a concretização desta obra, dado que os investimentos eram bastante elevados, mas estavam empenhados para que fosse tão rápida quanto possível.

O deputado **Osvaldo Castro** disse que segundo as palavras do Vice-Presidente em relação às tendas e pavimentação, depreendeu que havia obras e aquisição de serviços sem cabimentação orçamental. Manifestou agrado pelo facto dos Vereadores do PS terem votado contra.

O deputado **Pedro André** disse que não havendo ainda negócio com a aquisição das tendas e que provavelmente não iam aguentar o Inverno, propôs uma alteração ao orçamento em que a verba para a aquisição das tendas fosse retirada porque era prematuro avançar já para essa situação.

O **Vice-Presidente** informou que não era possível fazer qualquer alteração à proposta submetida à Assembleia. Opinou que não havia grandes alternativas, porque se prescindissem do projecto do edifício da resinagem, e fizessem uma intervenção para manter o mercado acrescentando um conjunto de valências, que tornasse mais atractivo o centro da cidade, não só pelas verbas envolvidas mas pela profundidade da intervenção não haveria uma solução de curto ou médio prazo.

Relativamente às tendas informou que têm resistência suficiente para o tipo de Inverno existente na nossa região.

Alertou para o caso de terem que manter a situação durante 1 ano, logo só o aluguer durante esse tempo seria superior ao valor necessário para fazer a sua aquisição. Salientou que caso a Câmara venha a decidir pela aquisição das tendas poderiam posteriormente ser susceptíveis de múltiplas funções, quer no âmbito da realização de alguns eventos, animação de Verão, dia Mundial da criança, ao serviço das colectividades em determinadas circunstâncias, etc.

Salientou que o facto de estar inscrita aquela verba no orçamento não significava que estivesse tomada alguma decisão para a aquisição das tendas, e que neste momento poderia ficar significativamente abaixo do valor apresentado.

Alertou para as dificuldades que a não aprovação da Modificação ao orçamento poderia criar no futuro.

O deputado da CDU e Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande, **Francisco Duarte**, salientou que a ASAE já deveria ter actuado há muitos anos, porque o mercado da resinagem não tinha condições para abastecer as populações e foi-se sempre permitindo que tal acontecesse.

Congratulou-se pelas respostas firmes, explicações completamente compreensíveis com toda a sinceridade, expostas pelo Vice-Presidente a todas as questões colocadas pelos deputados.

Opinou que a solução das tendas não seria a ideal mas tinha que ser tomada uma decisão que foi explicada e servia-lhe perfeitamente para aprovar a alteração ao orçamento.

O deputado **Pedro Silva** sugeriu que seria mais razoável deslocalizar o mercado para o Pavilhão da FAI e passarem a fazer-se os eventos que ele comporta nas tais tendas alugadas. Realçou que para avançarem com o projecto do mercado da resinagem eram necessários no mínimo três anos, e não compreendia como podiam pensar ser possível a sua concretização em apenas um ano.

O deputado do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, **Paulo Vicente**, disse que ficou mais confuso depois do Vice-Presidente afirmar que não havia nenhuma decisão sobre as tendas, porque de facto elas estavam lá. Neste sentido, questionou a que preço e com que cobertura orçamental foram adquiridas. Lembrou que a lei do orçamento diz que não podem ser contraídos encargos que não estejam orçamentados, estando a incorrer em responsabilidade civil e financeira todos os agentes que participem nessas prestações.

O **Vice-Presidente** informou que a Câmara não comprou as tendas, fez apenas o aluguer por um mês no valor de 20 mil euros mais IVA.

Findas as intervenções o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a 16ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007.

Presente certidão de teor da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião do dia 21 de Setembro de 2007, na continuação da sua reunião ordinária do dia vinte de Setembro de 2007, e documentos anexos relativos à 16ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2007, constituída pela 3.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 2ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais, que se dão aqui por integralmente reproduzidos e que ficam anexos a esta aprovação em minuta, constituindo o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, para discussão e aprovação.

A Assembleia Municipal, após análise dos documentos supra mencionados e considerando que os mesmos estão devidamente fundamentados pela legislação em vigor, decide submetê-los à votação e nos termos do disposto na alínea b) do n.º2 do art. 53.º da Lei n. 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, os mesmos são aprovados por maioria, com 10 votos a favor, e voto de qualidade do Sr. Presidente de mesa da Assembleia Municipal, 10 votos contra e 4 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 5 à presente acta.

O deputado **Telmo Ferraz** proferiu uma declaração de voto que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

O deputado **Paulo Vicente** anunciou que todos os elementos do PS subscreviam a declaração de voto feita pelo deputado Telmo Ferraz para efeitos do artigo 93º nº 3 da lei 169/99.

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a sessão iria encerrar, prosseguindo no dia 15 de Outubro de 2007, pelas vinte e um horas, lembrando que faltava discutir os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

Ponto dois – Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação da Taxa para o Ano de 2008;

Ponto três – Discussão e Aprovação de Alteração à Carta Educativa Concelhia;

Ponto quatro – TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, Empresa Municipal . Extinção. Proposta à Assembleia Municipal;

Ponto cinco – Actividade Camarária / Informação Financeira.

Antes de terminar a sessão, dirigiu a palavra ao público presente, informando que de acordo com o Regulamento só podiam intervir após a discussão do último ponto da ordem de Trabalhos, por isso, teriam que o fazer na sessão seguinte, pedindo desculpa.

Por nada mais haver a tratar, deu por encerrada, pela uma hora e cinco minutos a sessão, ficando designado como data para a sua continuação o próximo dia 15 de Outubro de 2007.

-- -- --

Os trabalhos foram assim retomados no dia 15 de Outubro de 2007, pelas vinte uma horas e vinte minutos, no Auditório Municipal, sito na Av. Dr. José Henriques Vareda, dando continuidade à ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória, sendo que se encontravam por discutir os seguintes pontos:

Ponto dois – Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação da Taxa para o Ano de 2008;

Ponto três – Discussão e Aprovação de Alteração à Carta Educativa Concelhia;

Ponto quatro – TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, Empresa Municipal. Extinção. Proposta à Assembleia Municipal;

Ponto cinco – Actividade Camarária / Informação Financeira

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão, pela discussão do 2º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO DOIS - **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA PARA O ANO DE 2008**

O **Vice-Presidente** iniciou o ponto dizendo que a proposta que a Câmara enviou à Assembleia Municipal era rigorosamente idêntica à que foi aprovada nos últimos anos e derivava essencialmente da análise que fizeram, constatando que não havia alterações significativas que justificassem uma proposta diferente para 2008.

O deputado do BE, **José Rodrigues**, proferiu uma declaração de voto que se encontra como anexo nº 6 à presente acta.

O deputado do PSD, **Pedro Silva**, disse que relativamente à questão do IMI e com base nos dados apresentados e mantendo a taxa nos 0,8%, a receita aumentava na ordem dos 10% ao ano, resultante da avaliação contínua que estava a ser feita aos imóveis, e com o facto das finanças estarem a subavaliá-los, e de certa forma a penalizar as famílias. Nesta perspectiva a Câmara Municipal de certo modo era cúmplice, verificando-se que de 2005 para 2006 com a mesma taxa, houve um aumento da receita de cerca de 10%. Informou que face a esta realidade o PSD ia votar contra a esta taxa, porque achava que o momento era oportuno para a Câmara Municipal fazer política social. Dado que o orçamento de Estado, previa um reforço significativo nas transferências para as Câmaras devido a um elevado aumento da receita fiscal, que tem sido a base da diminuição do défice, permitido às Câmaras mais receitas de transferências. Referiu que era justo fazer o que o Sr. Presidente da Câmara em Setembro de 2004 disse para a mesma taxa, que passou a citar: -“Votamos favoravelmente mas com sérias dúvidas, desta percentagem aprovada ser demasiado elevada em função não só do sofrimento a impor aos munícipes mas também às necessidades e justiça da cobrança de impostos”.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, disse compreender a necessidade de se cumprirem os horários de acordo com o Regimento, e com o número de deputados que permita a Assembleia Municipal funcionar, mas não lhe pareceu de bom-tom ter começado sem que um representante de cada partido estivesse presente.

Posto isto, disse que o PS ia votar favoravelmente a proposta reconhecendo que a mesma veio à Assembleia Municipal, apenas com o sentido de angariar uma verba significativa, superior a 3 milhões de euros, cerca de 10% do orçamento. Salientou que era possível através do IRS e IRC encontrar formas de fixação de pessoas nos concelhos. Realçou que o PS compreendia a necessidade que a Câmara Municipal tinha de ter este reforço nos seus cofres, mas no seu ponto de vista este não seria o melhor caminho a seguir, no entanto havendo esta necessidade iam votar favoravelmente a proposta.

O deputado do PS, **João Cruz**, referiu que a lei das finanças locais veio provocar uma alteração profunda nas deliberações sobre os impostos, introduzindo a componente do IRS, das isenções e benefícios fiscais, e não fazia sentido hoje uma proposta de deliberação para o IMI, amanhã uma para a Derrama e depois para o IRS.

Sugeriu que a Câmara Municipal fizesse diligências para que houvesse uma política fiscal no Município da Marinha Grande que passasse pela Derrama, IMI, IMT, IRS, e pelos próprios direitos de passagem. Salientou haver um conjunto de concelhos que estavam a fazer uma política bastante activa, nomeadamente na isenção a nível das empresas, do IMT, IMI, taxas de alvará, licenças de autorização para obras, taxas de ligação de saneamentos, direitos de passagem, derrama, etc.

Acrescentou a importância da taxa de IMI e a participação no IRS da Autarquia que era até 5%.

Sugeriu que houvesse uma política fiscal com todos os impostos integrados, para atrair empresas e pessoas para o concelho. Opinou que seria muito mais importante do que trazer apenas uma deliberação para cumprir o tempo legal da mesma.

O deputado da CDU, **Saul Fragata**, disse que independentemente de algumas opiniões de pormenor relativamente ao IMI desde que foi instituído, sempre houve um consenso. Referiu que as opiniões e recomendações eram pertinentes para o futuro, mas tendo sempre em conta que a lei das finanças locais, porque não sendo uma fonte inesgotável têm sido reduzidas. Acrescentou que para além de ser uma questão política era uma questão transversal para a população e para os próprios partidos quererem ao mesmo tempo ver as finanças do município equilibradas e não verem depauperados a situação dos munícipes. Disse que segundo o que o deputado João Cruz referiu da questão decorrente da nova lei das finanças locais, nomeadamente dos 5% do IRS, ser facultativo e não obrigatório, isto seria um presente envenenado em simultâneo com o corte das verbas para as Câmaras Municipais. Porque caso fosse facultativo teriam que encontrar consensos, para saber se valeria a pena ou não ser a Autarquia a deduzir até 5% de IRS, que apesar de representar pouco para os munícipes, poderia significar uma machadada nas finanças do Município.

Realçou que a CDU em reuniões com a Associação de Municípios Portugueses esteve sempre contra essa medida mas teriam que a cumprir se fosse de lei.

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** colocou o 2º ponto da ordem de trabalhos à votação sendo aprovado por maioria com 19 votos a favor, 3 votos contra e 0 abstenções, passando à votação da respectiva minuta.

Presente certidão de teor da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião no dia 20 de Setembro de 2007, com a epígrafe **“IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS –**

FIXAÇÃO DA TAXA PARA O ANO DE 2008”, cujo assunto constitui o **2.º ponto da Ordem de Trabalhos**, e que a seguir se passa a transcrever:

“Nos termos do disposto na alínea a) do art.º 10.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Nos termos do estipulado na alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de Novembro aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, publicado no anexo I do mesmo;

Considerando que nos termos do n.º 4 do art.º 112 do CIMI os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos e prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo;

Considerando que esta deliberação, para vigorar no ano de 2008, deve ser comunicada à Direcção Geral dos Impostos até 30 de Novembro de 2007, conforme disposto no n.º 8 do art.º 112 do CIMI;

A Câmara Municipal propõe que se fixe em 0,8% a taxa de IMI para os prédios urbanos a que se refere o art.º 16.º do Capítulo III do Decreto-Lei 287/2003 de 12 de Novembro, atentos os limites consignados na alínea b) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI e em 0,4% a taxa de IMI para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI (n.º 1 do art.º 15.º do Capítulo III do Decreto-Lei 287/2003 de 12 de Novembro), atentos os limites consignados na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI.

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2008 para que o órgão deliberativo fixe as mesmas nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.”.

A Assembleia Municipal, após analisar a referida proposta e concordando com a mesma delibera, que se fixe em 0,8% a taxa de IMI para os prédios urbanos a que se refere o Art.º 16.º do Capítulo III do Decreto-Lei 287/2003 de 12 de Novembro, atentos os limites consignados na alínea b) do n.º 1 do Art.º 112.º do CIMI e em 0,4% a taxa de IMI para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI (n.º 1 do Art.º 15.º do Capítulo III do Decreto-Lei 287/2003 de 12 de Novembro), atentos os limites consignados na alínea c) do n.º 1 do Art.º 112.º do CIMI.

Esta deliberação foi tomada por maioria com 19 votos a favor, 3 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções

Que se encontra como anexo nº 7 à presente acta.

PONTO TRÊS – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO À CARTA EDUCATIVA CONCELHIA

O **Vice-Presidente** lembrou que a aprovação desta carta educativa para as Câmaras Municipais era muito importante, porque disso dependia a possibilidade de candidatura a financiamentos para as intervenções necessárias no âmbito do QREN. Referiu que

após os técnicos terem começado a trabalhar no projecto do centro escolar, a instalar no jardim da Pedrolheira, foram apresentadas duas propostas: - uma que contemplava a construção de duas salas de jardim-de-infância e duas de primeiro ciclo, e uma outra proposta que contemplava uma construção em primeiro andar que permitiria duplicar a capacidade desse centro educativo com um acréscimo de 50% do seu custo.

Informou que apesar de terem expressado de forma clara a fundamentação para a proposta inicial da carta educativa, optaram por avançar com a proposta mais ambiciosa atendendo que havia a possibilidade do município vir a beneficiar dos financiamentos para concretizar uma obra que só por si não conseguia. Entretanto surgiu um dado novo, a proposta da carta educativa já estava em apreciação, mas havia a indicação que não seria aprovada por causa da escola de S. Pedro de Moel e do projecto para a Pedrolheira não respeitar os parâmetros que estavam superiormente estabelecidos em relação ao número de salas de aulas. Realçou que dada a forma de avaliação que fizeram da fundamentação, e se o projecto para a Pedrolheira não fosse alterado a carta educativa da Marinha Grande não seria aprovada, ficando assim o Concelho sem acesso a financiamentos no âmbito do QREN para este tipo de construções. Frisou que esta era a principal razão que os levou a fazer esta proposta.

Referiu que um aspecto positivo era a localização em termos geográficos.

Apelou à Assembleia Municipal para aprovar e dar força à alteração da carta educativa para posteriormente ser aprovada superiormente, e assim proporcionarem ao município a oportunidade de receber financiamentos no âmbito do QREN.

O deputado **José Rodrigues** proferiu uma declaração de voto que se encontra como anexo nº 8 à presente acta.

A deputada do PS, **Isabel Ferreira**, disse que perante as alterações realizadas e de acordo com o que o PS defendia, concordavam com os fundamentos e com o crescer deste centro educativo. Salientou que esta transferência de alunos numa lógica de centro educativo de convivência entre pré e primeiro ciclo, numa interligação e o acrescentar de salas seria aceitável, porque rentabilizava os recursos humanos, materiais e a actividade pedagógica. Sendo uma questão de articulação de saberes, planificação e interligação aos agrupamentos de escolas que têm por base a criação, a centralização e não as chamadas ilhas perdidas de escolas. Relativamente ao espaço era extremamente exíguo para conseguir articular horários de forma que uns brinquem ao mesmo tempo que outros aprendem. Elogiou a alteração, mas ainda não era a que o PS desejava e estavam dispostos a colaborar porque acreditavam que todos querem o melhor para as crianças e jovens em particular do nosso concelho. Realçou que o PS defendia este objectivo mas com caminhos diferentes para a consecução, porque em democracia era possível perante formas de entendimento, e estavam no terreno para as trabalhar e conseguir.

O deputado **Telmo Ferraz** citou uma passagem de um discurso do Sr. Presidente da Câmara à pouco mais de 6 meses “espero e desejo que as escolas que se vão fechando para criar os centros educativos, não passem depois a ser usadas como bares de alterne e de prostituição”. Referiu que perante este discurso demonstrava ter havido evolução relativamente ao pensamento político deste executivo.

Nesse sentido, saudou a evolução do processo, e da Câmara ter compreendido o que podia ou não ser apoiado financeiramente na construção dos centros educativos. Afirmou que a apresentação das propostas trazidas à Assembleia Municipal

continuavam com um défice de qualidade. Disse que esta questão devia ter uma visão integrada de todo o concelho e não casuisticamente, porque a carta educativa tinha um processo evolutivo nas coisas de pormenor e não nas fundamentais. Acusou a Câmara Municipal de ser a única responsável por esta carta educativa não vir a ser aprovada. Acrescentou que consideravam importante a Câmara estar a criar condições para que as crianças pudessem vir a ter uma base educativa em boas instalações. Disse que não compreendiam como era possível num único espaço criarem 10 salas de aulas, e ainda arranjar espaço de recreio, de forma que um conjunto de crianças esteja a brincar e a fazer barulho, e outro esteja numa sala de aulas a aprender. Informou que o PS estava disponível para que o executivo convocasse uma Assembleia Extraordinária para apresentar uma carta educativa bem feita, que mostrasse um projecto educativo para o concelho.

O deputado da CDU, **José Luís**, disse que a filosofia defendida pelo PS e pelo Governo era economicista, obsessiva de fechar tudo que fosse serviços públicos, numa lógica de reduzir ao mínimo as despesas do Estado, e a filosofia defendida pela Câmara Municipal e pelo Concelho, assentava no não encerramento de escolas mas sim na proximidade das famílias.

Salientou que a carta educativa era dinâmica, e aperfeiçoava-se em função da realidade, e a proposta de alteração vinha valorizar os centros educativos que o PS defendia. Referiu que dada a argumentação do PS relativamente à distância demonstrava que a única pretensão era que o Governo não aprovasse a carta educativa e deste modo não houvesse financiamentos. Questionou o PS se estava realmente a favor ou não dos centros educativos.

Recomendou que seria de bom-tom votarem favoravelmente esta alteração, porque a Câmara foi ao encontro das pretensões do PS.

O deputado do PS, **Paulo Vicente**, lembrou que o PS já tinha sugerido a criação dos centros educativos, mas o que a CDU estava a criar na escola da Pedrolheira não era um centro educativo, era apenas o alargamento de uma escola que no mesmo espaço deixava de ter duas salas para ter seis. Lembrou que o Sr. Vereador Alberto Cascalho numa reunião do Conselho Municipal de Educação tinha afirmado que o espaço era insuficiente.

Realçou que não era um centro educativo mas sim um armazém de alunos e de salas de aulas.

O deputado **Saul Fragata** criticou a afirmação do deputado Paulo Vicente em relação ao armazém de alunos, porque esta era a filosofia que o PS tinha para os centros educativos, em que colocava os alunos do ensino básico até ao secundário tudo à mistura, mesmo sabendo que isso era anti pedagógico.

A deputada **Isabel Ferreira** questionou se era possível manter uma escola com 6 alunos, que tipo de ensino lhes era administrado e se isto era qualidade de ensino.

O deputado **Telmo Ferraz** clarificou o deputado José Luís dizendo-lhe que o PS era a favor dos centros educativos, e não estarem em pequenos espaços a fazer uma coisa que dizem ser um centro educativo. Informou que estavam disponíveis para aprovarem uma carta educativa em sentido global, se a Câmara Municipal trouxesse à Assembleia

Municipal um projecto de centro educativo bem feito. Realçou que se a Câmara tinha de investir, que o fizesse num espaço com qualidade e condições.

O deputado da CDU, **Artur Marques**, disse que mais uma vez tinham a perfeita consciência que o PS estando na oposição era uma força de bloqueio ao desenvolvimento da Marinha Grande.

Fez referência às reportagens na televisão em que as crianças tinham que se levantar às 6 horas da manhã para se deslocarem para a escola, com falta de condições de transporte e por maus caminhos.

Argumentou que dado o PS não concordar com o terreno previsto para a instalação do centro educativo em Picassinos, seria oportuno que algum elemento da bancada do PS oferecesse um terreno seu à Câmara, com melhores condições. Disse não compreender como é que o PS dizia estar bastante satisfeito com a nova apresentação da proposta da carta de educação e depois votar contra.

Apelou para que todos os deputados votassem favoravelmente a carta de educação.

O **Vice-Presidente** disse que as diferentes bancadas já tinham o seu voto definido independentemente das opções de cada um, foram proferidas algumas afirmações que no seu ponto de vista podiam não ser as únicas verdadeiras e não as consideravam como tal, isto sem pretenderem ser detentores de nenhuma verdade absoluta. Referiu que, por essa razão entenderam desde o primeiro momento que a carta educativa era um instrumento, e que anualmente devia ser avaliada e referidas as novas realidades. Informou que a Câmara e Assembleia Municipal subscreveram essa posição, talvez de forma demasiado simplista, sintetizando numa política de proximidade, atendendo à idade das crianças.

Realçou que da parte da Câmara sempre foi feito todo o esforço para proporcionar às crianças que frequentavam a escola de S. Pedro condições em tudo idênticas ou o mais aproximadas possíveis às das outras escolas. Inclusive a Câmara disponibilizou-se para assumir outro tipo de suportes se assim for entendido pelo Ministério de Educação para manter a escola de S. Pedro a funcionar.

Em relação à escola da Pedrolheira, não era um armazém de crianças conforme foi referido por alguns deputados. Referiu que a nível do rés-do-chão o que estava previsto em termos de planta, para além de duas salas de actividades para jardim-de-infância, duas salas de aulas para primeiro ciclo, uma cantina com todos os espaços necessários ao seu funcionamento, uma sala para secretaria e arquivo, portaria e recepção da escola, uma sala de professores, uma sala com mais de 50m² para apoio à família. A nível do primeiro andar estavam previstas 4 salas de aulas para primeiro ciclo, sala para atendimento aos pais e para reuniões, sala de professores e um polivalente com cerca de 90m², para além de espaços exteriores adaptados a determinado tipo de actividades. Disse que caso a Assembleia Municipal aprovasse esta proposta, posteriormente seria enviada à Direcção Regional e imediatamente seguiria para o Ministério. Informou que terão de concluir o projecto e aguardar pela sua candidatura ao QREN, fazendo a inscrição em orçamento e todos os procedimentos estabelecidos. Salientou que a possibilidade de virem a ter este centro educativo em funcionamento não era a curto prazo.

Tomaram assento na Assembleia Municipal os deputados do PS, Osvaldo Castro, pelas vinte duas horas e quarenta cinco minutos, seguido do deputado Pedro Constâncio pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos.

O deputado **Paulo Vicente** clarificou a má interpretação que o Sr. Vice-Presidente fez das suas palavras, dizendo-lhe que no resumo da proposta de alteração inicial da carta educativa estava previsto no mesmo espaço duas salas de aulas de jardim-de-infância e duas salas de aulas do primeiro ciclo. Enquanto que na alteração da proposta que constava da documentação que tinha em sua posse para o mesmo espaço, seria duas salas de jardim-de-infância e seis salas de aulas.

Neste sentido devolveu-lhe a interpretação que fez das suas palavras e o que tinha referido era para não descontextualizar e não fazer má interpretação, limitou-se a ler as palavras registadas em acta do Sr. Vice-Presidente no Conselho Municipal de Educação.

O **Vice-Presidente** voltou a explicar que a construção das quatro novas salas iam ser feitas no primeiro andar bem dimensionadas, em que os alunos não iam ficar armazenados e iam ter todas as condições e espaço para desenvolverem as suas actividades e as suas aprendizagens.

O deputado do PSD, **Rui Verdingola**, demonstrou desagrado e tristeza por alguns deputados estarem a defender a sua dama hoje, quando estiveram 12 anos com a responsabilidade da área educativa no nosso concelho e nunca a direccionaram nesse sentido, hoje por força Ministerial vinham defendê-la com todo o vigor. Referiu que era de grande importância a verticalidade, o cuidado, e atenção na decisão porque a população estava à espera que isso acontecesse.

Recordou que o PSD em 1997 defendeu claramente uma reorganização dos espaços escolares em cada zona populacional, com previsão do futuro crescimento. Infelizmente não lhes foi dado a possibilidade de partilhar e participar nessa mudança e o PS independentemente do sentido de voto do PSD teve claramente a culpa neste processo. Disse concordar plenamente que a questão era financeira, porque se tivessem uma discussão séria sobre o desenvolvimento da criança provavelmente a intenção não era tanto assim como as pessoas pretendiam colocar como definitivo. Realçou que as conclusões e avaliações finais nunca se fazem, os relatórios fazem-se à pressa para cumprir o calendário, as mudanças de ano também não se fazem e a grande verdade é que continuavam a ter a educação de rastos e com grandes quantidades de alunos com insucesso contrariamente ao que a Ministra da Educação dizia ao País, “que quantos mais alunos, maior seria o sucesso”.

Em suma, disse que era necessário ponderar, e que todos pensassem nesta questão, dando passos seguros para o futuro, resolvendo o problema do momento em conformidade com as exigências.

O **Presidente da Assembleia** solicitou aos deputados um voto consciente, dado que esta votação era muito importante.

Posto isto colocou à votação a alteração da carta educativa, resultando a sua rejeição, com 13 votos contra, 10 a favor e 1 abstenção.

O deputado do PSD, **Pedro André**, disse que o PSD votou contra porque desde Fevereiro que não havia mudanças de caris demográficas, socio-económicas ou políticas que justificassem esta alteração.

O deputado **Telmo Ferraz** proferiu uma declaração de voto que se encontra apenas à acta como anexo nº 9.

O **Presidente da Assembleia** anunciou que se ia passar à discussão do 4º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO QUATRO- **TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EMPRESA MUNICIPAL. EXTINÇÃO. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Vice-Presidente** solicitou que se retirasse o 4º ponto da ordem de trabalhos.

O **Presidente da Assembleia** informou que por indicação da Câmara o 4º ponto seria retirado.

O deputado **Telmo Ferraz** interveio para dizer que a Assembleia Municipal deveria ser informada dos motivos que levaram a Câmara a retirar o ponto, dado que a proposta foi aprovada em reunião de Câmara.

O **Vice-Presidente** pediu desculpa à Assembleia Municipal por não ter adiantado nenhuma razão para a retirada do ponto da ordem de trabalhos, mas tal se devia ao facto de terem a plena consciência que o assunto da TUMG era de grande sensibilidade, e como tinham encomendado um estudo de mobilidade era preferível aguardar pelo resultado para de uma forma mais ponderada poderem trazer novamente o assunto à Assembleia Municipal. Referiu que não sabia se era ou não justificação que merecesse compreensão e aceitação da parte dos deputados.

O deputado **Saul Fragata** recordou que em mandatos anteriores também foram retiradas dezenas de pontos da ordem de trabalhos, alguns já a começarem a ser discutidos e nunca a bancada da CDU levantou qualquer problema em relação a isso.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que o PS não tinha memória curta em relação às propostas que foram retiradas pela Câmara Municipal. Apenas estranhava que se tivesse retirado uma proposta sem qualquer fundamento.

O **Presidente da Assembleia** interrompeu para dizer que o ponto estava retirado e que a Câmara deu as explicações que entendeu, e que também já o fizeram em mandatos anteriores sem qualquer explicação. Neste sentido não ia permitir que o ponto fosse discutido.

Seguidamente, colocou à votação o requerimento entregue pelo deputado Saul Fragata que se encontra como anexo nº 10 à presente acta.

Resultando a sua aprovação por maioria com 22 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

PONTO CINCO- **ACTIVIDADE CAMARÁRIA / INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

Para introdução do ponto o **Vice-Presidente** disse não ter nada a acrescentar ao relatório que foi facultado aos deputados. Referiu que conjuntamente com este ponto seria apreciada a informação financeira, preferindo deste modo aguardar pelas questões colocadas pelos deputados.

O deputado **João Cruz** registou com agrado as contas prestadas na informação financeira, que continuavam a apresentar um saldo positivo.

Referiu que a desculpa que este executivo encontrou para os problemas financeiros da Câmara Municipal da Marinha Grande era falsa, porque os números que apresentam sistematicamente registavam isso. Dado que o anuário financeiro dos municípios portugueses de 2005, demonstrava que a Marinha Grande estava em 19º lugar a nível dos municípios com maior liquidez, em 307 Câmaras que integraram este estudo. Para prova disso, chamou a atenção para os dados na página 104 do estudo, em que 236 municípios têm um situação de liquidez inferior a zero, ou seja 76,6% de todos os municípios portugueses passaram em 2005 uma situação negativa, enquanto que a Marinha Grande tinha 3 milhões 448 mil euros de liquidez. Neste sentido seria bom que deixassem de dizer que não fazem porque o anterior executivo deixou uma situação terrível.

Registou também com agrado a informação da divisão de obras particulares, que estava a recuperar o atraso relativamente aos processos de pedidos de licenciamento que entraram, dos quais 261 terão sido deliberados favoravelmente e 38 indeferidos. Realçou que esperava que a Câmara continuasse a trabalhar neste sentido para resolver este problema que afecta quase toda a Marinha Grande.

A deputada **Isabel Ferreira** disse que sendo um dos objectivos da Galeria Municipal a divulgação e valorização das artes visuais, da cultura local e regional, garantindo a sua definição. Questionou se a criação desta Galeria previa um trabalho estruturado, de parceria e colaboração com as colectividades.

O deputado **Saul Fragata** lembrou os deputados do PS que em 1994 quando a CDU perdeu as eleições deixaram a melhor situação financeira de todo o Distrito e do País. Questionou a razão do deputado João Cruz só agora vir dizer que havia 3 milhões 448 mil de liquidez. Neste sentido pediu que fosse esclarecido do porquê dos argumentos apresentados.

O deputado **José Rodrigues** disse que atendendo que a TUMG era um assunto que não ia ser discutido na Assembleia Municipal, questionou para quando a discussão do caso da Portela que desconhecia e gostaria de ser informado.

Referiu que segundo a aprovação da construção da piscina na zona desportiva da Marinha Grande, que constava na informação diária e atendendo às diversas notícias dos jornais, qual seria a razão da existência de uma piscina com 3 pistas para competição e treinos, e se iam fazer 3 ou 4 tanques quando aquele podia ser maior para competição e teria de ter no mínimo 6 pistas. Solicitou à Câmara todos os documentos técnicos com o parecer do Instituto de Desporto, para ver como foi aprovado um projecto naquelas condições. Sugeriu que antes de se mandar fazer os projectos se deveria pedir opinião à população, para não se cair no mesmo erro de mandar construir aquele monstro.

Informou que na Assembleia de Freguesia da Vieira de Leiria um munícipe solicitou informação sobre o pavilhão gimnodesportivo da Vieira, do qual desconhecia a razão do

seu encerramento às escolas. Neste sentido pediu informações sobre o assunto à Câmara Municipal.

O deputado **Telmo Ferraz** referiu que a última informação que a Câmara prestou foi de 3 milhões 621 mil euros no resumo diário de tesouraria, com 1 milhão 120 mil euros de facturas a pagar. Questionou se era perante estes dados que a Câmara não podia fazer obras porque não tinha dinheiro.

Referiu que embora o PS seja contra a política que o Presidente da Câmara trouxe para a Marinha Grande, idêntica à de anos anteriores mas com piores resultados, respeitavam-no enquanto homem e Presidente. Registou a forma como ele estava a ser tratado.

Informou que foi convocado pelo Sr. Vereador para tratar da retirada dos cartazes que iam ficando depois das realizações, onde deu algumas ideias, mas tudo continuava na mesma demonstrando assim a forma como as coisas eram tratadas por este executivo. Demonstrou preocupação pelo facto do projecto do TGV não vir à Assembleia Municipal para que os deputados possam tratar destes assuntos de forma mais profissional e terem conhecimento do que se estava a passar. Solicitou à Câmara Municipal que tenha isso em consideração porque ninguém sabia por onde irá passar.

Posto isto, apresentou um requerimento que se encontra como anexo nº 11 à presente acta.

O deputado **Pedro Silva** questionou a Câmara sobre a atribuição dos subsídios aos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande.

Referiu que desde que este executivo tomou posse houve uma redução de 43% nos subsídios. Neste sentido questionou se para este executivo os bombeiros têm tido menos trabalho, menos responsabilidade e o que aconteceria a esta Câmara se lhe cortassem em dois anos 43% das suas receitas.

O deputado do PS, **Oswaldo Castro**, questionou o Sr. Vice-Presidente da ausência do João Barros Duarte. Dado que foram informados que ele no dia 4 de Outubro iria renunciar o mandato. Neste sentido acusou-o de dizer inverdades reiteradas e não lhe parecia ser uma pessoa confiável para substituir um homem como o João Barros Duarte. Disse que afinal não estavam a discutir a actividade da Câmara mas sim a sua inactividade, porque até agora ainda não fez nada. Questionou o Presidente da Câmara em exercício se não achava que a cadeira estava a queimar por baixo e teria que ter muito cuidado com isso porque a verdade é que o João Barros Duarte que ia entregar um pedido de renúncia, mas não renunciou coisa nenhuma.

Neste sentido como era possível o Sr. Vice-Presidente continuar sereno como se nada tivesse acontecido, sem ter explicado à Assembleia Municipal como era de sua obrigação onde estava o Presidente da Câmara. Realçou que caso entendesse que não tinha explicações a dar então seria melhor ter coragem para se demitir.

O deputado **Artur Marques** manifestou desagrado pela deselegância, falta de respeito e de nível do deputado Oswaldo Castro na forma como se dirigiu directamente a uma pessoa que neste momento estava a ocupar um cargo de responsabilidade e por isso deveria merecer da parte do deputado essa consideração. Opinou que não lhe parecia que a CDU por questões internas tivesse que apresentar justificações numa Assembleia Municipal sobre a ausência do Sr. João Barros Duarte.

Disse que sempre lutou no colectivo, manteve o seu lugar à disposição do partido, mas se havia militantes do partido que entendessem que não o devem fazer, isso era uma

questão pessoal. Salientou que foi a bancada da CDU que sempre defendeu de uma forma unida e responsável as atitudes do camarada e amigo João Barros Duarte. Solicitou ao deputado Osvaldo Castro para não atacar a bancada da CDU, o Presidente da Câmara e o Vice-Presidente e que no aspecto de solidariedade, de firmeza e de amizade a CDU dava lições todos os dias a quem quer que fosse.

O deputado **Pedro André** lembrou que nunca se tinha assistido a um ataque pessoal desta forma.

Questionou a Câmara e o deputado Osvaldo Castro sobre os terrenos na zona industrial, dado que o deputado se tinha comprometido interferir directamente e ainda não se tinham visto resultados.

Gostaria de saber quais os progressos e a evolução da Câmara com a Simlis, dado que houveram alterações na última reunião, e até ao momento os sistemas integrados é que iam fazer o saneamento em baixa, sendo agora criadas 3 superestruturas que vão fazer esse trabalho. Referiu que a questão que se colocava é que a Marinha Grande continuava de parte, podendo executar o trabalho em 3 ou 4 anos iria prolongar-se no mínimo durante 20 anos, além da despesa que se ia reflectir ao nível dos orçamentos. Frizou que se este executivo não tomasse uma decisão sobre o assunto, o PSD não estaria disponível para aprovar qualquer orçamento que fosse contra a essa orientação. Informou que não iam pactuar com esta situação porque já tinham alertado há muito tempo e até ao momento não se verificou qualquer evolução.

Sugeriu que a Câmara entregasse à Assembleia Municipal um relatório das verbas entregues por colectividade.

O deputado **José Luís** repudiou a intervenção do deputado Osvaldo Castro por ter sido muito baixa, de ataque pessoal ao Sr. Vice-Presidente, e que já não era a primeira vez que o fazia em tom provocatório. Disse que gostava de ver o deputado com intervenções deste tipo na Assembleia da Republica a defender os problemas do Concelho, como a zona industrial e outros.

Referiu que a Câmara do PS durante 12 anos não realizou obras infra estruturantes e importantes para o Concelho, e agora vinham dizer que havia um saldo em tesouraria, depósitos à ordem e a prazo, esquecendo-se de ver no relatório as obras que estavam adjudicadas e as que estão em concurso. Relativamente ao parque de campismo da Vieira o PS fez promessas e não cumpriu e agora vinham reclamar um parque novo. Informou que ia fazer um requerimento à Câmara por intermédio do Presidente da Assembleia para lhe serem cedidas as contas relativamente à gestão anterior do parque de campismo.

Questionou se já estava decidido onde ia ser instalado o Museu da Floresta.

Relativamente aos passadiços que se encontravam danificados e eram um perigo eminente, questionou se havia algum protocolo com o Ministério do Ambiente e a quem competia a sua reparação.

O deputado **Telmo Ferraz** em resposta ao deputado Artur Marques disse-lhe que deselegante era a proposta de extinção da TUMG ter vindo à Assembleia Municipal sem voltar à Câmara para ser discutida novamente e então posteriormente retirada.

Questionou quanto ia custar o concurso de ideias que a Câmara encomendou sobre a piscina, e se estavam conscientes que com este processo iam ter financiamento para executar a obra e qual o programa que iam utilizar. Sugeriu que a Câmara Municipal com carácter de urgência devia apresentar à Assembleia Municipal um projecto

operacional para a TUMG poder ter condições, para satisfazer as necessidades de mobilidade do concelho, criando assim finalmente os transportes públicos urbanos. Salientou que em termos de representatividade deste concelho exigiam que a Câmara Municipal finalmente trabalhasse no sentido de trazer à Assembleia Municipal uma proposta para funcionamento dos transportes públicos urbanos da Marinha Grande. Registou que o PS rejeitava a forma como a Câmara Municipal estava a actuar.

O deputado **Rui Verdingola** felicitou a RCM por transmitir em directo a Assembleia Municipal, esperando que tal procedimento continuasse. Salientou que a população da Marinha Grande, Vieira de Leiria, Praia da Vieira e Moita tinham o direito de conhecer quais os interesses do concelho e as necessidades básicas que os políticos defendem nas Assembleias Municipais.

Fez um reparo ao equipamento relativamente ao microfone destinado ao Presidente da Câmara que na sua opinião deveria ser de uma forma mais evoluída.

Recomendou ao executivo sensibilidade para ir ao encontro das necessidades da população e gastasse o dinheiro que tinha em caixa, porque o PS dizia que tinha muito dinheiro e perderam as eleições. Felicitou todas as Autarquias que ficassem endividadas por servir a população.

Alertou mais uma vez, para as barreiras arquitectónicas do concelho que estavam numa perfeita desgraça. Solicitou à Câmara Municipal que se debruçasse com mais atenção nesta área, porque havia muita gente com dificuldades nas acessibilidades e locomoção. Sugeriu que deixassem os jardins junto ao Centro Médico para o Ministério da Saúde arranjar e gastassem o dinheiro nas adaptações básicas ao cidadão deficiente.

O deputado **Saul Fragata** acusou de ter sido deselegante e incorrecta a forma como o deputado Osvaldo Castro se dirigiu ao Vice-Presidente, num ataque pessoal desbragado. Criticou a forma como o PS falou no assunto do parque de campismo quando no seu mandato acusou a CDU de não ter votado a revisão orçamental que previa 35 mil contos para o parque de campismo e no ano seguinte apareceu apenas com 25€.

Afirmou que o Vice-Presidente não escreveu nenhuma notícia que dissesse que o Presidente da Câmara ia renunciar ao mandato.

O deputado **João Cruz** em resposta ao deputado Rui Verdingola disse-lhe que o endividamento era apenas uma forma para realizar determinadas obras que não eram possíveis de uma única vez, porque o ideal era que o orçamento fosse equilibrado e não deixar dinheiro, mas também que não faltasse.

Referiu que a postura correcta era que a intervenção sobre o Presidente da Câmara tivesse sido no ponto da actividade camarária, porque era da competência da Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal relativamente à questão que se passou numa conferência de imprensa em que a CDU disse que o Presidente da Câmara ia renunciar. Referiu que sem deselegâncias e ataques pessoais, gostaria de saber da parte de todos os elementos do executivo qual o ponto de situação.

Disse estranhar, que a deliberação de extinção da TUMG tenha sido aprovada pela Câmara na totalidade dos elementos eleitos pela CDU, e agora não se sabe se mantém a proposta de extinção.

Neste sentido, questionou o porquê dos elementos da Câmara votarem favoravelmente a proposta de extinção, se havia um estudo a decorrer e porque é que não foi aceite a proposta do PS cuja a ideia originária era do PSD, que passou a citar: - “ proponho que a

ponderação seja feita, e se convide um elemento de cada partido representado na Assembleia Municipal para uma reunião, de forma que a proposta final do Sr. Presidente possa ser feita com base na ponderação dessas mesmas opiniões”.

Relativamente ao Presidente da Câmara questionou se vai renunciar ou não, e qual o ponto de situação na Câmara.

O deputado **Oswaldo Castro** disse que estava criada na Marinha Grande uma trapalhada e que o Vereador de suporte à CDU também não tinha a confiança política do seu partido.

Disse que a questão era se o João Barros Duarte ia assumir ou não e se ia continuar a dirigir as obras, conjuntamente com o Vereador do PSD, provocando assim uma crise política. Realçou que teriam de perceber que a Assembleia Municipal tinha competência para fiscalizar a actividade camarária, mas o que havia era deputados que fiscalizavam a actividade do PS. Salientou que isto era política e o dever da Assembleia era fiscalizar a actividade da Câmara porque estava paralisada, inactiva e com um grave problema em relação à sua própria competência interna neste momento.

O deputado **Artur Marques** interveio para dizer que uns têm mais capacidade que outros, para tratar os assuntos políticos e não lhe pareceu que tenha sido o deputado Oswaldo Castro a descobrir que estava criada uma crise política na Marinha Grande.

Referiu que a ânsia do Poder era tão grande que levava o PSD que estava demissionário a fazer uma força de bloqueio, porque também ambiciona ser Poder.

Garantiu que a CDU e as pessoas que fazem parte da coligação democrática unitária vão lutar com todas as suas forças, e apresentar-se muito mais fortes às próximas eleições. Referiu que neste aspecto lutavam com as armas que tinham que era a sua voz, porque não têm rádios, jornais, televisões, etc.

Alertou para o défice democrático existente neste País.

O deputado **Pedro André** confirmou que a Comissão Política do PSD estava demissionária e os três deputados presentes estavam como membros da Assembleia Municipal, e não foi retirada a confiança política ao Vereador Artur Oliveira apenas foi apontado o descontentamento do rumo que as coisas estavam a tomar no executivo. Referiu que na reunião de Câmara realizada a 19 de Abril, antes do Presidente da Câmara propor a extinção da TUMG, foi aprovada uma proposta com 3 votos a favor e 2 contra, que era a solução II do parecer jurídico da Universidade de Coimbra, em que recomendava à Câmara vender as 17 viaturas pesadas e ligeiras de mercadorias, das quais a Câmara não tinha alvará. Neste sentido questionou se as viaturas já tinham sido vendidas, porque este era um problema que a Câmara tinha para a extinção da TUMG. Questionou o executivo se já compraram as tendas ou se estavam a estudar uma alternativa, porque este era um problema político da Marinha Grande e não poderiam contar com o PSD para esta inércia.

O deputado da CDU, **Fernando Alves**, solicitou ao executivo que tivessem mais atenção à qualidade de vida e ao arranjo da paisagem.

Propôs à Câmara a elaboração de um estudo para um novo projecto de apoio mais eficaz e justo a todos os clubes. Referiu que a pretexto das verbas serem menores foi cortado o apoio sem qualquer estudo prévio, houve modalidades que deixaram de ser apoiadas e outras continuaram com o mesmo apoio criando assim diferenças de apoio a jovens.

Solicitou ao Sr. Vereador João Pedrosa que preparasse a zona de lançamentos fora da vedação do estádio do campo nº 1 porque era muito perigosa.

O **Presidente da Assembleia** penitenciou-se pelo facto de não ter colocado a Minuta da carta educativa à votação, dado que não tinha conhecimento se era ou não obrigatório. Tendo no momento chegado à conclusão que era obrigatório, questionou os deputados se dispensavam da sua leitura. Dado que todos concordaram, colocou a mesma à votação. Resultando a aprovação por unanimidade.

Em resposta a algumas questões colocadas à Câmara o **Vice-Presidente** prestou esclarecimentos, começando por dizer que apesar do grande respeito que tinha pelo percurso político do deputado Osvaldo Castro, achava estranha a forma como fez a sua intervenção.

Informou que ia tentar interpretar da melhor forma os assuntos e de acordo com o grau de conhecimento que tinha das várias matérias, representando com toda a dignidade a Câmara perante a Assembleia Municipal que tinha como função fiscalizar, acompanhar e controlar o desempenho do executivo. Esclareceu que numa conferência de imprensa onde esteve presente, na qual foi anunciado que o Presidente da Câmara iria apresentar a renúncia ao mandato, não tendo acontecido tal como foi divulgado, era obvio que a situação não era de normalidade do ponto de vista político e era compreensível que especialmente o PS aproveitasse para iniciar a sua pré campanha eleitoral para 2009. Neste sentido esperava que a população do concelho saiba interpretar com serenidade todas as mensagens que lhes são dirigidas, até porque alguns comunicados da Comissão Política Concelhia do PS, e algumas declarações dos mais altos responsáveis a nível local, apresentavam contradições profundas.

Realçou que o camarada João Barros Duarte era merecedor em absoluto de todo o respeito e consideração do partido a que pertence, e de todos os seus camaradas. Neste sentido no que lhe dizia respeito tem procurado pautar a sua conduta justamente dentro desses parâmetros, mas se porventura não o conseguiu só teria que se penitenciar pedindo desculpas ao camarada João Barros Duarte.

Relativamente à situação financeira colocada pelo deputado João Cruz, lendo os números correctos, de facto o total das disponibilidades na data em que o documento foi produzido, era na ordem dos 2 milhões e 900 mil euros. Neste momento a Câmara tinha compromissos assumidos para pagar até final de 2007 na ordem dos 8 milhões de euros e não podia contar apenas com o que iria receber até final de Dezembro. Realçou que apesar de haver esta disponibilidade não significava que houvesse capacidade de execução física e financeira até 31 de Dezembro.

O deputado **João Cruz** interrompeu para pedir esclarecimento sobre os 8 milhões de euros.

O **Vice-Presidente** disse que na informação da divisão financeira, são apresentadas as adjudicações que provavelmente não iram ter a sua execução física e financeira até ao final do ano, mas de qualquer modo esses compromissos estavam assumidos pela Câmara. Salientou que de acordo com a informação e a interpretação técnica foi dito que o orçamento para 2008 estaria muito condicionado pelo facto que acabou de referir.

O deputado **João cruz** voltou a intervir para dizer que tinha alguma dificuldade em perceber se os 8 milhões de euros significavam que a Câmara tivesse à porta credores com dívidas para receber nesse valor.

O **Vice-Presidente** afirmou que a Câmara não tinha credores à porta e não estava totalmente paralisada, havia obras adjudicadas, umas em execução e outras já concluídas e o que existia era apenas um enorme défice de informação. Neste sentido para que os munícipes pudessem ter uma informação rigorosa acerca daquilo que a Câmara tem feito desde que o actual executivo tomou posse, iria ser distribuído o numero 1 do Boletim Municipal.

Em relação à Galeria Municipal informou que foi uma proposta da responsabilidade da divisão cultural. Referiu que não tendo sido possível avançar com a celeridade que pretendiam com o projecto da revitalização de todo o património Stephens, que tinha previsto uma Galeria um pouco mais pequena, avançaram com a adaptação de um espaço com alguns condicionalismos que neste momento não estava dotado de um ascensor, mas que em termos de médio prazo futuro seria possível resolver. Acrescentou que a sua programação numa primeira versão estava dirigida para este objectivo fundamental que seria criar um espaço para que todos os artistas marinhenses pudessem mostrar a sua obra. Salientou que este programa terá desenvolvimentos futuros, para dar uma abrangência maior em base na sugestão da deputada Isabel Ferreira.

Relativamente à questão da TUMG que foi colocada por vários deputados, na sua opinião revelava que haveria razões que justificavam a retirada do ponto de discussão na Assembleia Municipal.

Retomou a proposta de poder ser constituída uma Comissão, que na sua opinião deveria ser no âmbito da assembleia Municipal.

Disse concordar com a sugestão apresentada pelo deputado Telmo Ferraz para que a Câmara apresentasse com a maior urgência um plano para resolver o problema da TUMG centrado nos transportes urbanos. Realçou que o executivo reafirmou várias vezes a sua intenção e tem desenvolvido esforços nesse sentido para ver quais os caminhos possíveis para avançar com os transportes urbanos na Marinha Grande. Apelou ao deputado Telmo Ferraz e ao executivo que lhe desse pelo menos no mínimo o tempo que o PS teve para implementar os transportes urbanos na Marinha Grande. Reafirmou que com ou sem TUMG era objectivo do executivo implementar os transportes urbanos e não seria possível sem um estudo de mobilidade sério. Esclareceu que era essa a razão pela qual a Câmara entendeu retirar o ponto da ordem de trabalhos. Opinou que era preferível repensar, recolher mais informação e só depois avançar quando tivessem mais segurança em relação a este assunto ou outro.

Informou que era uma prioridade avançar com a construção de uma nova piscina, mas que tinham plena consciência da falta de capacidade financeira para avançarem sem apoio. Salientou que não era uma piscina olímpica como foi proposta pela AMLEI porque os custos eram elevados. Neste sentido preferiram servir o Concelho da Marinha Grande com uma piscina de grande qualidade e com todas as outras valências que uma piscina exige, do que ficar eternamente à volta de uma utopia absolutamente impossível de concretizar. Informou que na última reunião na qual participou em representação do Sr. Presidente foi decidido que a piscina olímpica seria substituída pelo complexo de piscinas constituído por quatro elementos, uma piscina de 25 metros com 8 pistas e condições para competição, que seria colocada a concurso.

O deputado **José Rodrigues** interveio para solicitar à Câmara os aspectos técnicos das piscinas, dado que os jornais davam diversas informações sobre o assunto.

O **Vice-Presidente** esclareceu o deputado que a Câmara não podia responder pelos jornais, mas a informação que foi dada em reunião de Câmara aos vários órgãos da comunicação social, é que o projecto que ia a concurso estava à disposição dos deputados que o quisessem consultar.

Referiu que a Câmara informou as escolas e os clubes de que o pavilhão gimnodesportivo da Vieira de Leiria podia ser utilizado.

Relativamente à questão da Simlis conforme o deputado Pedro André referiu, houve uma reunião recente da AMLEI, da qual participou onde foi colocada a questão da urgência da Câmara da Marinha Grande definir em termos definitivos a posição que vai assumir. Neste sentido ia decorrer uma reunião de trabalho para analisarem toda a informação disponível até ao momento. Informou que o contrato assinado em 2000 vinculava a Câmara relativamente a essa participação da Simlis, ou se entender não participar ficará sempre obrigada a custos elevadíssimos em função do investimento que a Simlis fez nomeadamente na construção da ETAR Norte. Acrescentou que havia a perspectiva de implicações pesadas em termos de taxas de saneamento para os municípios. Informou que o executivo decidiu não aumentar as taxas ao contrário da maior parte dos outros Municípios.

Informou o deputado José Luís que a assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal da Marinha Grande, a Direcção Geral dos Recursos Florestais e o Instituto dos Museus e da Conservação, ia dar maior solidez ao projecto do Museu da Floresta, e permitir avançar em termos da sua concretização. Disse que contrariamente ao que era desejado por todas as partes não foi objecto de nenhuma cerimónia pública ou oficial de assinatura, e por acordo o texto foi submetido à aprovação e já assinado pelas três entidades. Isto prendeu-se com a reestruturação que o Governo fez de grande parte dos seus serviços e que envolveu o IPM (Instituto Português dos Museus). Disse que se perdeu uma oportunidade excelente para transmitir à população do Concelho e da região o empenhamento que estas três entidades têm hoje na concretização do projecto do Museu da Floresta.

Informou que era de competência da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) assegurar a manutenção dos passadiços que se encontravam danificados, disponibilizando-se a esta entidade a fornecer os materiais necessários, e a Câmara a mão-de-obra para a sua montagem.

Referiu que a questão colocada pelo deputado Rui Verdingola sobre as acessibilidades era hoje um dos temas que merecia maior atenção. Disse que o programa das acessibilidades tinha em vista eliminar ou então diminuir ao mínimo os obstáculos a qualquer pessoa que tenha dificuldades em mobilidade. Recordou que recentemente a Câmara da Marinha Grande recebeu a bandeira de prata da mobilidade justamente pelo facto de ter feito um trabalho que foi reconhecido.

Referiu que o alerta do deputado Fernando Alves relativamente à necessidade de se estudar uma nova metodologia em termos de apoio a colectividades e clubes, era uma preocupação do executivo e iriam procurar pôr em prática uma metodologia que fosse justa e equitativa para todas as Associações e Clubes.

O deputado **José Rodrigues** interveio para dizer que o que tinha questionado era para quando o conhecimento do processo da Portela e a sua evolução.

O deputado **Paulo Vicente** alertou para os benefícios assumidos pela Simlis. Relativamente à questão que o deputado Osvaldo Castro referiu, o Sr. Vice-Presidente disse que em política não era tudo admissível e referiu comunicados. Referiu que depreendeu das palavras do Sr. Vice-Presidente que se demarcou nitidamente das ofensas que a CDU fez aos Vereadores do PS acusando-os de traidores e em política não vale tudo, e no fim se verá quem traiu quem.

O deputado **João Cruz** disse que na intervenção do Vice-Presidente ficou com a ideia que o 4º ponto ia ser retirado da ordem de trabalhos, porque a proposta de extinção da TUMG ia ser chumbada. Referiu que a Câmara Municipal não podia nem devia furtar-se às deliberações da Assembleia, porque a função da Assembleia era deliberar o que seja aprovado ou chumbado. Dado que a Câmara propôs a extinção da TUMG deveria ter mantido para ser votada na Assembleia, e se fosse reprovada aí sim a Câmara teria toda a legitimidade de ir verificar e procurar outras situações. Questionou quais as medidas concretas que a Câmara iria tomar e como se compaginavam com o sentido de votação e a deliberação tomada, e com que base é que se ia voltar atrás.

O deputado **Telmo Ferraz** pediu esclarecimento ao Sr. Vice-Presidente sobre o custo do projecto de ideias da piscina e sobre a forma como a Câmara deliberou o processo de auscultação pública do TGV, que não chegou à Assembleia Municipal, questões estas que ainda não lhe foram respondidas.

O **Vice-Presidente** em resposta aos pedidos de esclarecimento disse que dado o concurso das piscinas ser um concurso de ideias teria um prémio de 10 mil euros como custo inicial, e a Câmara a partir daí verificava se tinha ou não condições para avançar. Informou que o custo previsto para a construção da obra era na ordem dos 4 milhões de euros. Informou que o caderno de encargos foi preparado com o máximo cuidado por parte dos serviços técnicos, de forma a garantir a aprovação do projecto, caso não seja em termos de ideias que tenha viabilidade para a sua concretização. Informou que entre 6 de Agosto e 8 de Outubro a documentação relativamente ao TGV esteve à disposição de quem a quisesse consultar. De qualquer modo se a Assembleia Municipal achar necessário será presente numa próxima sessão.

O deputado **Rui Verdingola** disse que dada a obra das piscinas ser de grande porte e muito importante e por sentir ausência de conhecimento sobre esta matéria, alertou o executivo que alargasse a discussão, a análise e a observação deste projecto porque já se cometeram erros em demasia na Marinha Grande na área desportiva, como o campo relvado nº 2 e a localização dos campos de ténis. Referiu que seria importante opinarem um pouco sobre esta questão, independentemente do modelo que tiver que ser decidido.

O **Presidente da Assembleia** informou os líderes dos grupos parlamentares sobre dois aspectos: um pedido de parecer da Infarmed relativa à transferência de uma farmácia em Vieira de Leiria, e uma carta que enviou a todos os deputados sobre a participação no programa do Ano Europeu para o diálogo intelectual. Opinou que estes dois assuntos fossem agendados para uma próxima Assembleia Municipal, para discussão.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que em relação à farmácia de Vieira de Leiria a Assembleia Municipal iria dar seguimento ao que já foi discutido em reunião de

Câmara. Dado que houve uma unanimidade das posições, julgava ter sido pertinente a forma como a Câmara entendeu não autorizar a mudança da farmácia da praia para a Vieira de Leiria.

Relativamente à participação no programa do Ano Europeu disse que a Assembleia, no seu ponto de vista devia participar mas não havia necessidade de uma reunião formal para este assunto, porque só teriam que saber como participar e qual o procedimento da participação.

O **Presidente da Assembleia** disse que a posição relativa à farmácia da Vieira era comum a todos os partidos.

O deputado **Paulo Vicente** informou que a Junta de Freguesia da Vieira de Leiria subscreveu na íntegra a posição da Câmara e aprovou uma moção no sentido de corroborar com a posição da Autarquia.

O **Presidente da Assembleia** disse que ia informar a Câmara Municipal que a Assembleia Municipal no seu conjunto subscrevia as posições da Câmara sobre este assunto.

Posto isto, passou a palavra ao público presente, dispondo de 5 minutos cada para as suas intervenções.

O Sr. **Armando da Luz Ferreira** lembrou que na última Assembleia Municipal entregou um abaixo-assinado sobre a poluição do rio Lis. Apelou para que todos os que não tiveram oportunidade de assinar para o fazerem agora.

Agradeceu ao Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande pela colaboração que estava a dar subscrevendo esse abaixo-assinado.

Recordou que o problema da falta de semáforos tinha sido apresentado à Câmara pelo Presidente da Junta de Freguesia da Vieira de Leiria no anterior executivo e até hoje ainda não foram colocados.

Apelou mais uma vez para a falta de espelhos na Rua 25 de Abril com a Rua dos Vidreiros e com a Rua do Litoral Oeste. Solicitou ao Sr. Vereador Artur Oliveira que lhe prestasse os devidos esclarecimentos sobre este assunto. Informou que foi destruída uma oficina de bicicletas para que o trânsito nessa rua tivesse mais visibilidade, e neste momento estava transformado num parque de estacionamento, tendo para o efeito entregue fotografia que se encontra como anexo nº 12 à presente acta.

Relativamente ao mercado da polémica, inaugurado em 3 de Maio de 1942 pelo Governador Civil de Distrito, disse ter sido um grande acontecimento do qual os políticos actuais com diversas ideologias, deveriam ter a consciência de informar os munícipes da situação actual do mercado.

O **Presidente da Assembleia** informou que tinha em seu poder o abaixo-assinado sobre a poluição do rio lis e que ele pessoalmente o subscrevia.

A Sr^a **Deolinda Rosa Dionísio dos Santos** fez uma exposição de um documento sobre as crianças de etnia cigana que continuam a viver em condição desumanas, que se encontra como anexo nº 13 à presente acta.

O Sr. **Licínio António Saraiva Sousa** lembrou que o mercado fazia outras vítimas para além dos comerciantes, que era um edifício chamado Atrium, com lojas em que houve

peessoas a fazer investimentos vultuosos sendo pressuposto que iria haver ali um mercado, alguns dos estabelecimentos até já faliram e outros estavam a encerrar todos os dias. Opinou que o problema do mercado estava ligado à dinâmica de outros mercados que estavam em evolução permanente.

Neste sentido, apelou para que no âmbito da Assembleia Municipal fosse constituída uma comissão para analisar o problema de uma forma fria e objectiva que no seu ponto de vista, seria uma solução futura para evitar as crispações na Assembleia Municipal entre os deputados.

O Sr. **César Gaspar Marrazes** disse que era lamentável que o Concelho da Marinha Grande ainda estivesse a discutir a carta educativa, quando já deveria estar aprovada. Apelou para não se pensar em coisas megalómanas quando havia escolas em más condições como: uma linha de electricidade que estava em curto-circuito à 2 anos numa escola com tecto de esferovite, não se podendo ligar o quadro porque desligava a escola toda; uma escola com 9 computadores parados, com biblioteca, sala polivalente e duas turmas com crianças de 7 e 8 anos, deslocadas na escola Guilherme Stephens sem as condições mínimas de recreio.

Lembrou que há dois anos solicitou a pintura das passadeiras para peões porque havia crianças que atravessavam a estrada. Referiu que a resposta que obteve foi que iam entrar em obras e não valia a pena estar a pintar as passadeiras. Mas tal não aconteceu, e era por causa destas e doutras que não estava na política, não tinha partido, mas como tinha voz activa dizia que o que se passou nesta Assembleia foi uma verdadeira vergonha.

Em suma, disse que os marinhenses mereciam ser governados por gente mais capaz.

Questionou como podiam dar condições aos atletas, se não as tinham para eles treinarem.

O Sr. **Carlos Manuel Antunes Rosa** referiu que a sua intervenção era essencialmente dirigida ao Sr. Presidente da Câmara que não estava presente.

Questionou qual a posição dos partidos relativamente aos subsídios que foram reduzidos aos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande. Realçou que a Câmara em dois anos retirou 15 mil contos aos bombeiros, 45% do orçamento em subsídios, e porque razão os esta questão não era colocada pelos Vereadores à Câmara para que fosse votada.

Sugeriu para que o representante dos bombeiros fosse questionado sobre a situação neste momento.

Colocou a seguinte questão: Será que um dia os bombeiros vão ter que dizer ao Sr. Presidente da Câmara para os governar? – Apelou para a sensibilidade de resolver rapidamente esta questão.

Informou que já tinha contactado o Sr. Vereador Artur de Oliveira, sobre as obras que estavam a decorrer na Rua de Moçambique e na Travessa da Benificiência e que seria oportuno mandar instalar o gás natural.

Neste sentido, questionou o Sr. Vereador se depois de o ter solicitado já tinham contactado a Lusitâniagás, dado haver vários moradores interessados.

O **Vice-Presidente** começou por agradecer ao Sr. Armando Ferreira pela chamada de atenção para alguns problemas, que tomaram a devida nota e que a Assembleia Municipal e Câmara estava completamente solidária com a questão da despoluição do rio Lis.

Agradeceu a iniciativa e a lição de cidadania que a Sr^a Deolinda Santos dava ao tomar este tipo de iniciativas. Referiu que a questão da etnia cigana não era uma questão nova e estava a ser debatida no âmbito da rede social, havia crianças na idade escolar que já estavam a ser integradas. Reconhecia que isto não era suficiente, era uma luta dura a travar durante muito tempo, de qualquer modo havia da parte das várias entidades um grande empenhamento nesse sentido.

Relativamente à questão do Sr Licínio Sousa foi mais dirigida à Assembleia no sentido de criar uma comissão para acompanhar as questões do mercado.

Em relação à intervenção do Sr. César Marrazes disse, que registava alguns casos que foram apontados, como o problema de algumas escolas. Informou que o executivo estava a procurar dar o encaminhamento devido a tudo o que era colocado pelos pais e agrupamentos. De qualquer forma estava surpreendido porque em termos de executivo os problemas têm sido encaminhados para os serviços para que fossem resolvidos o mais rapidamente possível. Disse concordar com a apreciação que fez da carta educativa.

No respeitante às questões colocadas pelo Sr. Carlos Rosa, não estava em condições de definir propriamente uma posição sobre elas. Opinou que o executivo no seu todo valorizava o papel importantíssimo que os bombeiros têm desempenhado com todo o brio. Disse compreender que o apoio não seja satisfatório, era uma questão que estava sempre em aberto e seria repensada o mais rápido possível.

Solicitou ao Vereador Artur Oliveira que informasse se houve alguma evolução relativamente à Rua de Moçambique e da Travessa de Beneficência.

O Vereador **Artur Oliveira** disse que quando o Sr. Carlos Rosa lhe telefonou sobre a instalação do gás natural nessas ruas, procurou saber que tipo de intervenção se estava a fazer porque havia o problema de um empreiteiro ter feito a cobertura de uma área pavimentada sem quaisquer escoamento das águas pluviais. Informou que perante este problema o Sr. Presidente da Câmara obrigou o empreiteiro a fazer a obra de saneamento. Neste sentido, os serviços analisaram o tipo de intervenção que melhor servia esse empreendimento e futuramente outros problemas de saneamento dos pluviais. Realçou que quando as obras são lançadas as empresas de gás, electricidade e telefones são informadas atempadamente.

Esclareceu que neste caso não foi informada porque esta obra não tinha passado pelos serviços da Câmara.

Disse que lamentava que a Lusitâniagás se desculpe junto dos seus consumidores, que é a Câmara que não autoriza, porque isso era falso. Na realidade o que a Câmara não autorizava é que continuasse a estragar as estradas e não as reponha devidamente. Realçou que não aceitavam que a Lusitâniagás se sirva das estradas para uso próprio com total desrespeito pelas condições em que as obras estavam a ser feitas.

Solicitou ao Sr. César Marrazes que o informasse qual era a escola que estava em condições tão deficientes relativamente à electricidade, porque não tinha conhecimento e se tivesse certamente não aceitaria que uma escola estivesse em tal situação.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada, pelas vinte e quatro horas e seis minutos, a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal

A 1ª Secretária

O 2º Secretário